

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	9
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	10
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	21
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	22
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	50
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	138
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	142
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	143

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	169.739.941
Preferenciais	0
Total	169.739.941
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	848.847	527.878	443.016
1.01	Ativo Circulante	64.561	54.947	53.671
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	872	1	2
1.01.03	Contas a Receber	61.974	53.664	53.338
1.01.03.01	Clientes	16.473	53.664	45.710
1.01.03.01.01	Partes relacionadas	16.273	53.386	45.617
1.01.03.01.02	Outro recebíveis	200	278	93
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	45.501	0	7.628
1.01.03.02.03	Dividendos a receber	45.501	0	7.628
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.311	908	331
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.311	908	331
1.01.07	Despesas Antecipadas	404	374	0
1.02	Ativo Não Circulante	784.286	472.931	389.345
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	393.325	184.500	149.386
1.02.01.04	Contas a Receber	377.866	176.801	146.677
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	377.866	176.801	146.677
1.02.01.07	Tributos Diferidos	15.423	7.699	2.702
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.423	7.699	2.702
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	36	0	7
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	32	0	7
1.02.01.10.04	Despesas antecipadas	4	0	0
1.02.02	Investimentos	386.762	283.997	238.728
1.02.03	Imobilizado	1.549	1.716	1.231
1.02.04	Intangível	2.650	2.718	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	848.847	527.878	443.016
2.01	Passivo Circulante	70.332	46.471	237.857
2.01.02	Fornecedores	14.642	4.710	1.603
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.642	4.710	1.603
2.01.02.01.01	Fornecedores e outras contas a pagar	14.642	4.710	1.603
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.500	1.202	654
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	949	569	320
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais	949	569	320
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	551	633	334
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	37.270	29.208	230.629
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	31.311	29.208	146.055
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	29.208	146.055
2.01.04.02	Debêntures	5.959	0	84.574
2.01.05	Outras Obrigações	0	0	2.082
2.01.05.02	Outros	0	0	2.082
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	2.082
2.01.06	Provisões	16.920	11.351	2.889
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.920	11.351	2.889
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	16.920	11.351	2.889
2.02	Passivo Não Circulante	140.852	31.816	75.141
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	55.395	7.093	242
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	198	1	242
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	198	1	242
2.02.01.02	Debêntures	55.197	7.092	0
2.02.02	Outras Obrigações	36.223	914	1.834
2.02.02.02	Outros	36.223	914	1.834
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	883
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	34.880	914	951

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.02.02.05	Obrigações por pagtos baseados em ações	1.343	0	0
2.02.04	Provisões	49.234	23.809	73.065
2.02.04.02	Outras Provisões	49.234	23.809	73.065
2.02.04.02.04	Provisão para perda em investimento	49.232	23.809	73.065
2.02.04.02.05	Provisão para contingências	2	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	637.663	449.591	130.018
2.03.01	Capital Social Realizado	814.751	573.551	282.060
2.03.01.01	Capital social	789.070	539.070	283.156
2.03.01.02	Custo de transação	-19.323	-7.590	-1.096
2.03.01.03	Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	45.004	42.071	0
2.03.02	Reservas de Capital	371	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	-60.609	2.411	1.798
2.03.04.10	Reserva de Incentivos Fiscais reflexa de investida	4.643	2.411	1.798
2.03.04.11	Ágio em transações de capital	-65.252	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-116.850	-126.371	-153.840

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	12.484	14.734	15.120
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.919	-6.324	-2.666
3.03	Resultado Bruto	5.565	8.410	12.454
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	14.814	28.339	-71.795
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-40.588	-43.222	-26.247
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	967	19	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-19	-24	-1.667
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	54.454	71.566	-43.881
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	20.379	36.749	-59.341
3.06	Resultado Financeiro	-5.740	-10.318	-11.219
3.06.01	Receitas Financeiras	4.573	7.735	14.023
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.313	-18.053	-25.242
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.639	26.431	-70.560
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.680	1.651	-3.962
3.08.02	Diferido	1.680	1.651	-3.962
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.319	28.082	-74.522
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	16.319	28.082	-74.522
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,1207	0,305	-1,2164
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,1101	0,2866	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	16.319	28.082	-74.522
4.03	Resultado Abrangente do Período	16.319	28.082	-74.522

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-238.104	-47.036	-30.211
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-32.160	-27.033	-6.283
6.01.01.01	Resultado do exercício	16.319	28.082	-74.522
6.01.01.03	Depreciação e amortização	1.084	1.134	1.051
6.01.01.04	Resultado na venda de imobilizado	243	0	0
6.01.01.06	Resultado da equivalência patrimonial	-54.454	-71.566	43.881
6.01.01.07	Provisão para contingências	2	0	0
6.01.01.08	Impostos diferidos IR/CS	-1.680	-1.651	3.962
6.01.01.09	Outras receitas/outras despesas	17	21	258
6.01.01.11	Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	4.966	13.112	24.683
6.01.01.13	Variação no valor justo de instrumentos financeiros	0	3.835	-5.596
6.01.01.14	Transações de pagamentos baseados em ações	1.343	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-201.002	-2.185	-11.510
6.01.02.02	Aumento em contas a receber e outros recebíveis	-213.205	-13.321	-12.344
6.01.02.04	(Aumento) redução em impostos e contribuições a recuperar	-403	-577	1.907
6.01.02.05	Aumento em despesas antecipadas	-34	-374	0
6.01.02.06	(Aumento) redução em depósitos judiciais	-32	7	-7
6.01.02.07	Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	6.805	3.070	-644
6.01.02.08	Aumento (redução) em provisões e encargos trabalhistas	5.569	8.462	-737
6.01.02.09	Aumento em obrigações fiscais	298	548	315
6.01.03	Outros	-4.942	-17.818	-12.418
6.01.03.02	Juros pagos de empréstimos e financiamentos	-4.942	-17.818	-12.418
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-52.892	5.202	12.459
6.02.03	Aquisição de investimentos	-82.486	0	-4.544
6.02.04	Aquisições de ativos imobilizado	-550	-1.380	-3
6.02.05	Aquisições de ativo intangível	-542	-2.979	0
6.02.06	Outros investimentos	0	0	8
6.02.07	Dividendos recebidos	30.686	9.561	16.998

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	291.867	41.834	17.753
6.03.02	Empréstimos e financiamentos tomados	72.568	0	85.929
6.03.03	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-13.295	-11.526	-63.020
6.03.04	Aumento de capital	250.371	70.000	0
6.03.08	Pagamentos de instrumentos financeiros derivativos	0	-6.800	-5.156
6.03.13	Custo de transação na emissão de ações	-17.777	-9.840	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	871	0	1
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1	1	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	872	1	2

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	573.551	0	2.411	-126.371	0	449.591
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	573.551	0	2.411	-126.371	0	449.591
5.04	Transações de Capital com os Sócios	241.200	-65.252	0	-4.566	0	171.382
5.04.01	Aumentos de Capital	400.000	0	0	0	0	400.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-11.733	0	0	0	0	-11.733
5.04.08	Capital social a integralizar	-150.000	0	0	0	0	-150.000
5.04.09	Transação com minoritário	0	-65.252	0	0	0	-65.252
5.04.10	Saldo inicial - CPC 48	0	0	0	-4.566	0	-4.566
5.04.11	Valor justo remuneração garantida	2.933	0	0	0	0	2.933
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.319	0	16.319
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.319	0	16.319
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	371	2.232	-2.232	0	371
5.06.01	Constituição de Reservas	0	371	2.232	-2.232	0	371
5.07	Saldos Finais	814.751	-64.881	4.643	-116.850	0	637.663

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.060	0	1.798	-153.840	0	130.018
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.060	0	1.798	-153.840	0	130.018
5.04	Transações de Capital com os Sócios	291.491	0	0	0	0	291.491
5.04.01	Aumentos de Capital	255.914	0	0	0	0	255.914
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-6.494	0	0	0	0	-6.494
5.04.08	Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	42.071	0	0	0	0	42.071
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.082	0	28.082
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.082	0	28.082
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	613	-613	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	613	-613	0	0
5.07	Saldos Finais	573.551	0	2.411	-126.371	0	449.591

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.060	0	1.712	-79.232	0	204.540
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.060	0	1.712	-79.232	0	204.540
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-74.522	0	-74.522
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	86	-86	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	86	-86	0	0
5.07	Saldos Finais	282.060	0	1.798	-153.840	0	130.018

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	14.603	17.314	17.617
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.603	17.314	17.617
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-24.885	-22.696	-19.006
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	0	-528
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-24.885	-22.696	-18.478
7.03	Valor Adicionado Bruto	-10.282	-5.382	-1.389
7.04	Retenções	-1.084	-1.134	-1.051
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.084	-1.134	-1.051
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-11.366	-6.516	-2.440
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	59.975	79.296	-31.525
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	54.454	71.566	-43.881
7.06.02	Receitas Financeiras	4.573	7.735	14.023
7.06.03	Outros	948	-5	-1.667
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	48.609	72.780	-33.965
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	48.609	72.780	-33.965
7.08.01	Pessoal	17.264	22.290	6.279
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.639	14.228	3.337
7.08.01.02	Benefícios	7.658	8.003	2.706
7.08.01.03	F.G.T.S.	967	59	236
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.184	3.760	8.469
7.08.02.01	Federais	3.434	2.856	7.592
7.08.02.03	Municipais	750	904	877
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.842	18.648	25.809
7.08.03.01	Juros	4.966	17.431	24.856
7.08.03.02	Aluguéis	726	932	903
7.08.03.03	Outras	5.150	285	50
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	16.319	28.082	-74.522
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.319	28.082	-74.522

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	2.190.204	1.808.290	1.628.572
1.01	Ativo Circulante	556.947	357.374	254.988
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	124.248	27.830	52.906
1.01.02	Aplicações Financeiras	177.906	105.901	21.470
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	177.906	105.901	21.470
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	157.991	105.901	18.385
1.01.02.01.04	Depósitos bancários vinculados	19.915	0	3.085
1.01.03	Contas a Receber	226.997	195.413	160.777
1.01.03.01	Clientes	201.439	188.507	153.997
1.01.03.01.01	Contas a receber e outros recebíveis	201.439	188.507	153.997
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	25.558	6.906	6.780
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	4.075	1.761	1.918
1.01.03.02.02	Outro Recebíveis	20.450	5.145	4.862
1.01.03.02.03	Dividendos a Receber	1.033	0	0
1.01.04	Estoques	6.270	6.015	6.470
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.878	19.956	12.486
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	19.878	19.956	12.486
1.01.06.01.01	Impostos e contribuição a recuperar	19.878	19.956	12.486
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.648	2.259	879
1.02	Ativo Não Circulante	1.633.257	1.450.916	1.373.584
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	724.950	737.738	720.547
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	8.980	9.642	9.341
1.02.01.04	Contas a Receber	620.162	620.638	593.886
1.02.01.04.01	Clientes	620.092	619.329	593.476
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	70	1.309	410
1.02.01.07	Tributos Diferidos	85.597	74.018	87.148
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	74.892	60.444	70.199
1.02.01.07.02	Imposto e contribuição a recuperar	10.705	13.574	16.949

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	116	0	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	8.007	31.172	25.626
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	8.007	31.172	25.626
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.088	2.268	4.546
1.02.02	Investimentos	44.068	24.721	19.389
1.02.03	Imobilizado	12.425	11.247	13.332
1.02.04	Intangível	851.814	677.210	620.316

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	2.190.204	1.808.290	1.628.572
2.01	Passivo Circulante	298.868	131.809	751.938
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	28.444	23.546	16.113
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.422	4.326	3.730
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	24.022	19.220	12.383
2.01.02	Fornecedores	66.793	33.976	40.447
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	66.793	33.976	40.447
2.01.02.01.01	Fornecedores e outras contas a pagar	66.793	33.976	40.447
2.01.03	Obrigações Fiscais	25.604	18.296	13.481
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	24.201	17.358	12.884
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.016	521	341
2.01.03.01.02	Obrigações fiscais	23.185	16.837	12.543
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.403	938	597
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	165.206	43.524	669.267
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	131.146	43.524	332.614
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	131.146	43.524	332.614
2.01.04.02	Debêntures	34.060	0	336.653
2.01.05	Outras Obrigações	12.821	12.467	12.630
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.014	6.854	6.478
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.014	6.854	6.478
2.01.05.02	Outros	8.807	5.613	6.152
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	943	732	209
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	7.864	4.881	3.861
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	2.082
2.02	Passivo Não Circulante	1.245.074	1.224.035	745.409
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.030.768	1.068.163	608.128
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	600.573	682.544	608.128
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	600.573	682.544	608.128

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.01.02	Debêntures	430.195	385.619	0
2.02.02	Outras Obrigações	103.171	63.596	62.187
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.051	971	28
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.051	971	28
2.02.02.02	Outros	102.120	62.625	62.159
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	1.343	0	0
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	883
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	34.097	5	592
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	66.680	62.620	60.684
2.02.03	Tributos Diferidos	97.839	83.483	61.605
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.839	83.483	61.605
2.02.03.01.02	Passivo fiscal diferido	97.839	83.483	61.605
2.02.04	Provisões	13.296	8.793	13.489
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.757	8.365	4.945
2.02.04.01.05	Provisões para contingências	6.757	8.365	4.945
2.02.04.02	Outras Provisões	6.539	428	8.544
2.02.04.02.04	Provisões para perda em investimentos	6.539	428	8.544
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	646.262	452.446	131.225
2.03.01	Capital Social Realizado	814.751	573.551	282.060
2.03.01.01	Capital social	789.070	539.070	283.156
2.03.01.02	Custo de transação	-19.323	-7.590	-1.096
2.03.01.03	Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	45.004	42.071	0
2.03.02	Reservas de Capital	371	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	-60.609	2.411	1.798
2.03.04.10	Reserva para Incentivos Fiscais Reflexa de Invesitda	4.643	2.411	1.798
2.03.04.11	Ágio em transações de capital	-65.252	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-116.850	-126.371	-153.840
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	8.599	2.855	1.207

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	744.954	574.184	485.009
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-447.169	-262.601	-289.985
3.03	Resultado Bruto	297.785	311.583	195.024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-136.172	-120.331	-146.405
3.04.01	Despesas com Vendas	-15.583	-11.848	-37.230
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-120.614	-122.875	-98.764
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.351	299	213
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-538	-254	-3.766
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-788	14.347	-6.858
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	161.613	191.252	48.619
3.06	Resultado Financeiro	-120.082	-117.658	-150.356
3.06.01	Receitas Financeiras	22.034	27.814	33.275
3.06.02	Despesas Financeiras	-142.116	-145.472	-183.631
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	41.531	73.594	-101.737
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-23.762	-43.341	17.883
3.08.01	Corrente	-15.621	-8.362	-5.838
3.08.02	Diferido	-8.141	-34.979	23.721
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.769	30.253	-83.854
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	17.769	30.253	-83.854
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	16.319	28.082	-74.522
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.450	2.171	-9.332
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,1207	0,305	-1,2164

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	17.769	30.253	-83.854
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	17.769	30.253	-83.854
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	16.319	28.082	-74.522
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.450	2.171	-9.332

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	153.777	64.270	95.387
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	136.165	147.020	102.940
6.01.01.01	Resultado do exercício	17.769	30.253	-83.854
6.01.01.02	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.058	595	20.270
6.01.01.03	Depreciação e amortização	51.144	49.093	46.511
6.01.01.04	Resultado na venda de imobilizado	1.502	1.843	49
6.01.01.06	Resultado da equivalência patrimonial	788	-14.347	6.858
6.01.01.07	Provisão para contingências	-1.608	3.420	2.347
6.01.01.08	Impostos diferidos IR/CS	8.141	34.979	-23.721
6.01.01.09	Impostos diferidos PIS/Cofins	765	4.009	2.171
6.01.01.10	Juros sobre atualização do contas a receber de clientes, outros investimentos e depósitos bancários	-81.991	-71.581	-71.400
6.01.01.11	Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	111.391	127.610	171.539
6.01.01.12	Imposto de renda e contribuição social provisionados	15.621	8.362	5.838
6.01.01.14	Variação no valor justo de instrumento financeiro	0	3.835	-5.596
6.01.01.15	Outras receitas	-355	634	655
6.01.01.17	Provisão de perdas por redução do valor recuperável	0	-31.685	31.273
6.01.01.18	Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	7.597	0	0
6.01.01.19	Transações de pagamentos baseados em ações	1.343	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	104.992	2.964	69.120
6.01.02.02	Redução em contas a receber e outros recebíveis	55.689	553	58.505
6.01.02.03	Redução (aumento) estoques	-255	455	-1.563
6.01.02.04	(Aumento) redução em impostos e contribuições a recuperar	2.947	-4.095	9.130
6.01.02.05	(Aumento) redução em despesas antecipadas	495	-1.380	175
6.01.02.06	Redução (aumento) em depósitos judiciais	180	2.278	-2.432
6.01.02.07	(Redução) aumento em fornecedores e outras contas a pagar	30.930	-4.842	2.850
6.01.02.08	Aumento em provisões e encargos trabalhistas	4.898	7.433	2.779
6.01.02.09	Aumento (redução) em obrigações fiscais	10.108	2.562	-324
6.01.03	Outros	-87.380	-85.714	-76.673

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.03.02	Juros pagos de empréstimos e financiamentos	-72.254	-77.532	-70.978
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos	-15.126	-8.182	-5.695
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-312.242	-155.028	-66.936
6.02.03	Aquisição de investimentos	-12.749	0	0
6.02.04	Aquisições de ativos imobilizado	-4.397	-4.275	-1.909
6.02.05	Aquisições de ativo intangível	-224.652	-70.418	-64.290
6.02.06	Outros investimentos	-52.090	-84.464	7.395
6.02.07	Dividendos recebidos	899	0	0
6.02.08	Depósitos vinculados	-19.253	4.129	-8.132
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	254.883	65.682	-14.706
6.03.02	Empréstimos e financiamentos tomados	124.022	163.350	130.644
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-75.502	-151.028	-140.194
6.03.04	Aumento de capital	250.371	70.000	0
6.03.10	Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	0	-6.800	-5.156
6.03.12	Aquisição de acionista minoritário	-26.231	0	0
6.03.13	Custo de transação na emissão de ações	-17.777	-9.840	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	96.418	-25.076	13.745
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.830	52.906	39.161
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	124.248	27.830	52.906

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	573.551	0	2.411	-126.371	0	449.591	2.855	452.446
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	573.551	0	2.411	-126.371	0	449.591	2.855	452.446
5.04	Transações de Capital com os Sócios	241.200	-65.252	0	-4.566	0	171.382	4.294	175.676
5.04.01	Aumentos de Capital	400.000	0	0	0	0	400.000	0	400.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-11.733	0	0	0	0	-11.733	0	-11.733
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-1.178	-1.178
5.04.08	Capital social a integralizar	-150.000	0	0	0	0	-150.000	0	-150.000
5.04.09	Transação com minoritário	0	-65.252	0	0	0	-65.252	5.521	-59.731
5.04.10	Saldo inicial - CPC 48	0	0	0	-4.566	0	-4.566	-49	-4.615
5.04.11	Valor justo de remuneração garantida	2.933	0	0	0	0	2.933	0	2.933
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	16.319	0	16.319	1.450	17.769
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	16.319	0	16.319	1.450	17.769
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	371	2.232	-2.232	0	371	0	371
5.06.01	Constituição de Reservas	0	371	2.232	-2.232	0	371	0	371
5.07	Saldos Finais	814.751	-64.881	4.643	-116.850	0	637.663	8.599	646.262

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	282.060	0	1.798	-153.840	0	130.018	1.207	131.225
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.060	0	1.798	-153.840	0	130.018	1.207	131.225
5.04	Transações de Capital com os Sócios	291.491	0	0	0	0	291.491	-523	290.968
5.04.01	Aumentos de Capital	255.914	0	0	0	0	255.914	0	255.914
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-6.494	0	0	0	0	-6.494	0	-6.494
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-523	-523
5.04.08	Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	42.071	0	0	0	0	42.071	0	42.071
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.082	0	28.082	2.171	30.253
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.082	0	28.082	2.171	30.253
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	613	-613	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	613	-613	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	573.551	0	2.411	-126.371	0	449.591	2.855	452.446

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	282.060	0	1.712	-79.232	0	204.540	9.950	214.490
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.060	0	1.712	-79.232	0	204.540	9.950	214.490
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	589	589
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	399	399
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	190	190
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-74.522	0	-74.522	-9.332	-83.854
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	86	-86	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	86	-86	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	282.060	0	1.798	-153.840	0	130.018	1.207	131.225

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	797.709	631.215	513.609
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	801.767	631.810	533.879
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-4.058	-595	-20.270
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-434.901	-250.981	-276.614
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-360.136	-216.556	-192.643
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-74.765	-66.110	-52.698
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	31.685	-31.273
7.03	Valor Adicionado Bruto	362.808	380.234	236.995
7.04	Retenções	-51.144	-49.093	-45.876
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-51.144	-49.093	-45.876
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	311.664	331.141	191.119
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.059	42.206	22.864
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-788	14.347	-6.858
7.06.02	Receitas Financeiras	22.034	27.814	33.275
7.06.03	Outros	813	45	-3.553
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	333.723	373.347	213.983
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	333.723	373.347	213.983
7.08.01	Pessoal	80.248	90.103	70.701
7.08.01.01	Remuneração Direta	53.003	65.745	49.569
7.08.01.02	Benefícios	22.662	20.949	17.649
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.583	3.409	3.483
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	94.604	107.104	43.152
7.08.02.01	Federais	93.031	105.085	42.435
7.08.02.02	Estaduais	58	50	45
7.08.02.03	Municipais	1.515	1.969	672
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	141.102	145.887	183.984
7.08.03.01	Juros	111.391	131.445	171.713
7.08.03.02	Aluguéis	1.305	1.490	1.402

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.03.03	Outras	28.406	12.952	10.869
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	17.769	30.253	-83.854
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.319	28.082	-74.522
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.450	2.171	-9.332

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório da Administração 2018

RI – Iguá Saneamento

Contatos:

Felipe Rath Fingerl

E-mail: riiguasa@iguasa.com.br

Telefone: (11) 3500-8600

Website

ri.iguasa.com.br

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Prezados acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Anuais da Iguá Saneamento S.A. ("Companhia" ou "Iguá"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

1. COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

EBITDA ajustado cresce 20,3% e atinge R\$ 255,2 milhões (margem de 43,9%)

Retomada da Companhia junto ao mercado de crédito e capitais

Aumento de capital de R\$ 400 milhões

O ano de 2018 representa um importante avanço na história da Iguá Saneamento, consolidando a Companhia como um dos principais operadores privados do setor de saneamento no Brasil. Além da melhora significativa de seus indicadores financeiros e operacionais, o ano de 2018 trouxe também grandes conquistas para a Companhia, dentre elas podemos destacar:

- Em fevereiro de 2018, a Companhia consolidou a sua participação societária nas seis operações do estado do Mato Grosso: Cuiabá, Alta Floresta, Pontes e Lacerda, Colíder, Canarana e Comodoro. A Companhia, que detinha 80% de participação nas seis operações do Mato Grosso, adquiriu as quotas da PCT Engenharia, que detinha 20% dos ativos. Com a aquisição, a Companhia passou, portanto, a deter direta e indiretamente 100% de participação nas operações, que juntas atendem aproximadamente 700.000 mil pessoas no estado.
- Em abril de 2018, marcando a retomada da Companhia junto ao mercado financeiro e de capitais, foi liquidada a 3ª emissão de Debêntures Simples não Conversíveis em Ações da Iguá Saneamento no valor de R\$ 70 milhões de reais. Os recursos captados foram fundamentais para reforçar o caixa da Companhia, ampliando a liquidez e a capacidade de investimentos em suas operações. A Companhia emitiu também no 4º trimestre de 2018 cinco CCBs junto ao banco BTG para dar suporte ao plano de investimentos em Sanessol e quatro operações no interior do Mato Grosso. Em dezembro de 2018, o Ministério das Cidades aprovou o enquadramento, como prioritário, do projeto de investimento da Paranaguá Saneamento, subsidiária da Companhia responsável pelo contrato de concessão de água e esgoto em Paranaguá, PR, para fins de emissão de debêntures nos termos do art. 2º da Lei no 12.431 ("debêntures incentivadas").

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Em outubro de 2018, como resultado do cumprimento das ações previstas no Acordo de Investimento assinado no dia 30 de julho de 2018 entre a Iguá, Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – seu atual acionista controlador – RKP BRL Investments I LLC e PIP6 Agua LP – uma afiliada do Alberta Investment Management Corporation (AIMCO), um dos maiores fundos de investimentos do Canadá, foi concluída a transação que envolve aporte de R\$ 400 milhões de reais na Companhia, conforme fato relevante publicado em 31.10.2018. Os recursos estão sendo destinados aos investimentos para cumprimentos de metas contratuais e à busca por novas oportunidades no setor de saneamento. O aporte de capital resultante da operação leva a Iguá a um novo patamar no mercado privado de saneamento e fortalece o posicionamento da companhia em relação à expansão de suas atividades através de novos negócios e/ou operações de fusão e aquisição dentro do setor. A operação contribuiu também para o fortalecimento da estrutura de capital da Iguá através de aporte de capital primário, que trouxe melhora dos índices de liquidez e alavancagem e proporciona maior capacidade, agilidade e flexibilidade para a realização de investimentos. A operação reforça a governança corporativa da Iguá, uma vez que traz para o quadro societário da companhia um investidor com perfil qualificado que busca a adoção e implementação das melhores práticas de governança em suas companhias investidas.
- Em novembro de 2018, foi lançado o Instituto Iguá de Sustentabilidade. O Instituto Iguá é uma associação sem fins lucrativos, de direito privado, que nasce de forma independente, atuando em sinergia com outras empresas, investidores e organizações da sociedade civil e governamentais, multiplicando o impacto de suas atividades e buscando formas de contribuir para a universalização do saneamento no Brasil por meio da promoção da inovação e da educação para o desenvolvimento sustentável. O Instituto possui estrutura formada por um Conselho de Administração, composto por acionistas e diretores da Iguá Saneamento e especialistas do setor, tais como Gesner Oliveira, ex-presidente da Sabesp e do Cade, e Ricardo Voltolini, diretor-presidente da consultoria Ideia Sustentável.
- Em dezembro de 2018, o Iguá Lab foi eleito a ideia mais inovadora do ano no PPP Awards, o mais relevante prêmio de Parcerias Público-Privadas (PPP) do país. Lançado em abril de 2018 pela Iguá Saneamento em parceria com o BrazilLAB e Aceleradora Organica, o Iguá Lab recebeu 90 soluções desenvolvidas por startups para cinco grandes desafios enfrentados por empresas de saneamento no Brasil: inadimplência, perda de água, comunicação com clientes, treinamento de colaboradores e tecnologia. Ao final do projeto, dez propostas foram selecionadas e tiveram a oportunidade de firmar contratos de prestação de serviço com a Companhia ou receber investimentos. O Iguá Lab ilustra de forma concreta a mentalidade inovadora da Companhia, um dos pilares de sua visão estratégica e que representa o núcleo do novo DNA da Iguá.
- Ainda em dezembro de 2018, a Paranaguá Saneamento (subsidiária integral da Iguá, responsável pelo contrato de concessão de água e esgoto de Paranaguá) inaugurou a primeira fase da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Cominese. O novo sistema beneficia 18 bairros, com cerca de 40 mil moradores, e coloca a cidade entre as mais saneadas do Brasil com 90% do seu esgoto coletado e tratado. A construção da ETE Cominese, iniciada em junho de 2018, teve sua data de conclusão antecipada em dezoito meses. A entrega da obra completa, ainda em 2018, foi possível graças à adoção de um método de construção modular, que diminuiu o tempo de montagem do sistema. Além disso, o processo biológico de filtragem adotado nesta ETE ajuda a reduzir a emissão de odores no tratamento do esgoto. Ou seja, uma obra

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

fundamental para o sistema de esgotamento sanitário da cidade e para o cumprimento do contrato de concessão foi antecipada em dezoito meses, utilizando tecnologia e método de construção inovadores.

- Ao longo de 2018, a Iguá trabalhou de maneira intensa no fortalecimento do programa de compliance desenvolvido em conjunto com os escritórios Tozzini Freire e Cravath. A Companhia elaborou no início do ano o seu Código de Conduta, que tem como compromisso orientar a condução dos negócios da Iguá de maneira íntegra, transparente e sustentável, cumprindo todas as leis, normas internas e externas, bem como as políticas e regras estabelecidas – garantindo, assim que todos os seus colaboradores e terceiros entendam e pratiquem as diretrizes determinadas. O Código de Conduta cobre temas como (i) relação com poder público, (ii) responsabilidade social, (iii) saúde e segurança no trabalho, (iv) meio ambiente, (v) conflito de interesses, (vi) lei anticorrupção, entre outros. Ao longo do ano, o programa de compliance e o Código de Conduta foram amplamente divulgados para e pela Companhia, que também organizou sessões de treinamento em todas as suas operações.
- A Companhia participou pela segunda vez do Programa de Certificação *Great Place to Work®* (GPTW), e com base nas respostas de seus colaboradores a Companhia conquistou novamente a certificação. O GPTW tem como objetivo medir de forma prática a percepção dos funcionários em relação à empresa, e a obtenção da certificação é mais um reconhecimento do trabalho que vem sendo implementado em todos os níveis da Companhia para se criar um bom ambiente de trabalho e melhorar cada vez mais o clima organizacional. Iniciativas como esta reforçam o protagonismo das pessoas como parte essencial do DNA da Iguá.
- Em 2018 foi concluída também a implementação do Centro de Excelência Iguá (CEI) em São José do Rio Preto, com o objetivo de apoiar as operações do Grupo de forma centralizada e eficiente em diversas áreas administrativas e financeiras, tais como tecnologia da informação, contabilidade, gestão de pessoas, etc. Com o CEI, a Iguá busca não só uma maior sinergia nos seus custos como também a consolidação de processos que refletem o novo modelo de gestão focado em performance e respeito aos mais elevados padrões éticos e de governança.

No que tange ao desempenho financeiro, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 evidenciam uma nova fase de crescimento, eficiência operacional, retomada de investimentos e equilíbrio financeiro, todos sustentados por um novo modelo de negócios e governança. Apresentamos abaixo os principais destaques do resultado da Companhia no período:

- Crescimento de 29,7%, ou de R\$ 170,7 milhões, na Receita Líquida em relação ao exercício de 2017, atingindo R\$ 744,9 milhões. A Receita Líquida ajustada, por sua vez, cresceu 6,8%, chegando a R\$ 581,5 milhões
- O Ebitda ajustado apresentou um aumento de 20,3%, passando de R\$ 212,1 milhões em 2017 para R\$ 255,2 milhões em 2018.
- Os investimentos apresentaram crescimento de 178% em 2018 quando comparado a 2017, ilustrando não só a capacidade financeira de colocar em prática o seu plano de investimentos como também o comprometimento da Companhia com suas metas contratuais. Dentre os investimentos, o principal destaque é a conclusão e inauguração da ETE Cominese em Paranaguá.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Com relação ao nível de alavancagem, o índice Dívida Líquida/EBITDA ajustado fechou 2018 em 3,6x. O endividamento encontra-se 86% concentrado no longo prazo, refletindo perspectiva positiva para a execução dos investimentos e o crescimento do negócio em 2019.
- Elevação do *rating* para BBB-(bra) pela Fitch Ratings.¹
- A Companhia apresentou também melhorias em diversos indicadores operacionais, tais como (i) água não-faturada, (ii) inadimplência, (iii) volume faturado e (iv) número de economias, fruto não só dos investimentos realizados no período, mas também de aumento do nível de eficiência e foco nos aspectos operacionais de cada um dos seus contratos.

Os eventos acima demonstram que a Companhia segue no caminho certo rumo ao objetivo de se tornar a melhor empresa de saneamento para o Brasil.

(¹) Rating Nacional de Longo Prazo da 1ª emissão de debêntures da Águas Cuiabá S.A., emissão garantida pela Iguá Saneamento S.A.

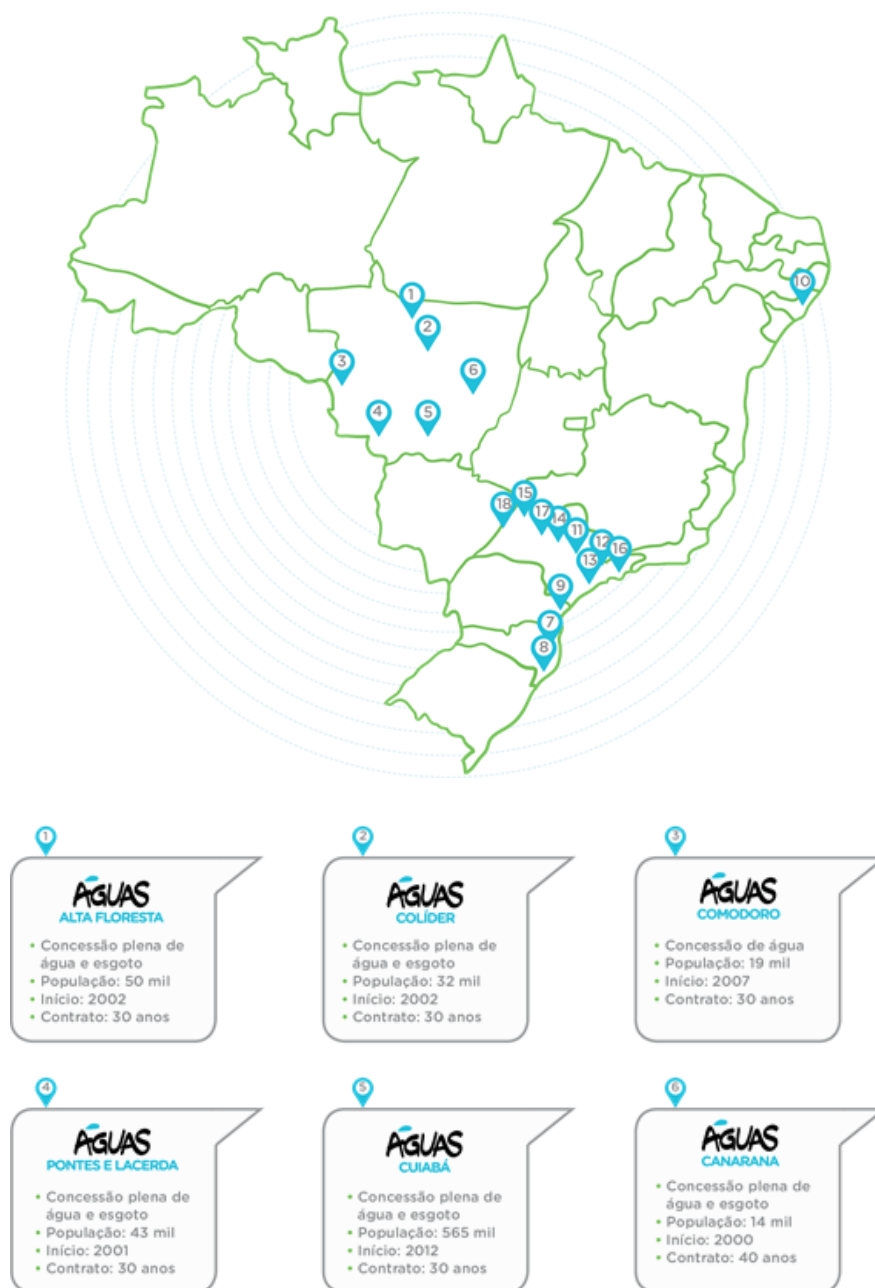
2. SOBRE A IGUÁ

2.1 Histórico

A Iguá está hoje entre as maiores empresas privadas do setor em população atendida, através de suas 18 operações e gera benefícios diretos e indiretos a cerca de 6,6 milhões de pessoas. Focada na prestação de serviços públicos de água e esgoto, por meio da operação de contratos de concessão e de parcerias público-privadas (PPPs), a Companhia tem buscado se consolidar também como uma referência em atendimento, inovação, modernidade de gestão, eficiência operacional e respeito aos clientes, além de manter permanente o compromisso com o meio ambiente e a qualidade de vida da população. Nesse contexto, direciona a aplicação de suas estratégias para a conquista e a operação de uma ampla e diversificada carteira de contratos, baseada em concessões e em parcerias com o poder público. Faz isso por meio de atuação individual e/ou da participação em consórcios e *joint-ventures* com outros agentes privados. Com esse perfil, a Companhia está capacitada a prestar serviços tanto a municípios pequenos, quanto a médios e grandes, bem como a concessionárias públicas estaduais e municipais. Tal abrangência garante à Iguá flexibilidade de atuação e a manutenção de um portfólio diversificado de contratos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**2.2 Atuação:**

A Companhia atua em 5 estados:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

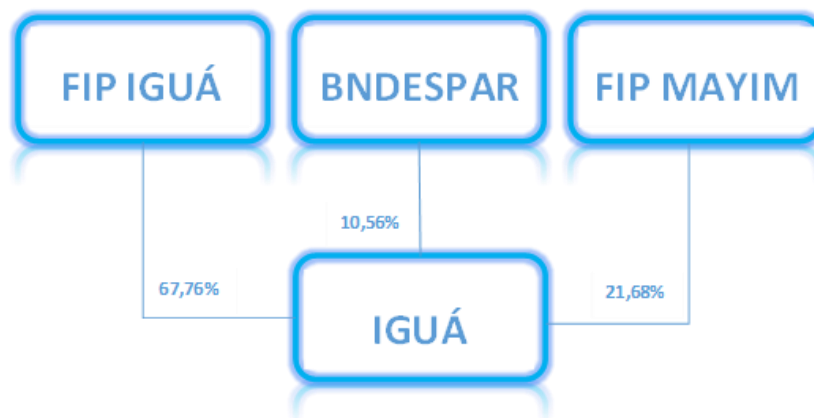


No *website* de relações com investidores da Companhia (www.iguasa.com.br/ri) é possível encontrar informações mais detalhadas acerca do portfólio da Iguá Saneamento S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.3 Composição Acionária:

O quadro acionário da Iguá é composto pelo Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (FIP Iguá) – que detém participação majoritária na Companhia –, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações (BNDESPar) e pelo MAYIM Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (FIP MAYIM) – que ingressou na Companhia em 31 de outubro de 2018.



3. RECURSOS HUMANOS

A Companhia encerrou o ano de 2018 com 1.614 colaboradores, um aumento de 0,44% quando comparado aos 1.607 de 2017.

Em 2018, a Companhia deu continuidade ao processo de fortalecimento das iniciativas de capacitação e desenvolvimento de seus profissionais, como, por exemplo, a conclusão da 1ª Turma de Formação de Líderes de Alta Performance da Iguá.

A Companhia deu continuidade também a diversas ações voltadas para o reforço de sua cultura, como por exemplo o 2º Seminário de Inovações e Boas Práticas e os encontros de líderes, com o objetivo de reconhecer e premiar colaboradores que tenham trazido e implementado ideias inovadoras e efetivas, além de disseminar as diretrizes de seu planejamento estratégico e reforçar os pilares do DNA Iguá. Como consequência do Iguá Lab, a Companhia introduziu também o iniciativas de *storytelling* para treinamento e reforço do DNA Iguá

Importante ressaltar que em 2018 a Iguá participou pela segunda vez da pesquisa *Great Place to Work®* e com base nas respostas de seus colaboradores, a Companhia conquistou novamente a certificação que reconhece o bom ambiente de trabalho da empresa.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. SUSTENTABILIDADE

A Iguá entende que a sustentabilidade é um fator inseparável do nosso negócio. Atuamos com saneamento ambiental, impactando diretamente a vida das pessoas e as cidades.

Em 2018, a Iguá deu continuidade aos seus projetos iniciados em 2017: o Planejamento Estratégico de Sustentabilidade e o processo de diagnóstico com o Sistema B. Escolhas e estratégias derivadas desse movimento irão complementar nossa atual Política de Sustentabilidade.

A responsabilidade no desenvolvimento sustentável é um dos eixos que envolve as diretrizes para gestão de pessoas da Companhia, sendo um compromisso de todos nossos colaboradores.

Para ajudar na gestão dos diversos programas desenvolvidos pela Iguá, a Companhia conta com o Comitê de Sustentabilidade, instituído no segundo semestre de 2017. O Comitê de Sustentabilidade tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração nas questões relacionadas a riscos ambientais e operacionais na condução dos negócios da Companhia com o objetivo de assegurar que os negócios da Companhia sejam conduzidos em conformidade com a legislação e com a ética, as diretrizes, as políticas e os procedimentos internos

Em linha com a visão sustentável, a Iguá desenvolve diversas ações em conjunto com os diversos parceiros das quais, destacam-se:

- Programa Portas abertas que promove a abertura das instalações de nossas operações para visitas da comunidade com palestras sobre a importância do Saneamento Básico na melhoria das condições de vida da população
- Fabricação de cerâmica através do aproveitamento do lodo residual de ETA
- Programa “Gordura não cabe no esgoto” visa conscientizar os usuários sobre o descarte correto de óleo usado
- Ações de conscientização ambiental e uso racional da água
- Estudos de eficiência energética
- Como parte da ação derivada dessa escuta, lançamos em 2018 o programa de reconhecimento MANDA BEM, visando fortalecer boas práticas e nosso DNA/compromisso com valores de uma empresa inovadora e sustentável.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Entendendo a importância de se observar a qualidade de vida, e uma vida saudável, lançamos em 2018 o programa Bem-Estar. Tal programa tem como objetivo promover o bem-estar dos colaboradores através do desenvolvimento integrado entre saúde, nutrição e mente.



- Com o objetivo de contribuir para a universalização do saneamento no Brasil, por meio da promoção da inovação e da educação para o desenvolvimento sustentável, foi criado o Instituto Iguá de Sustentabilidade.



- Iguá Lab: um programa criado pela Companhia com objetivo de buscar startups com soluções para transformar o setor de saneamento. O programa foi um sucesso, contou com a inscrição de 90 startups de todo o Brasil.



- Com o objetivo de aprimorar seus processos socioambientais e avançar em práticas e políticas sustentáveis em suas 18 operações, a Companhia se associou ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).



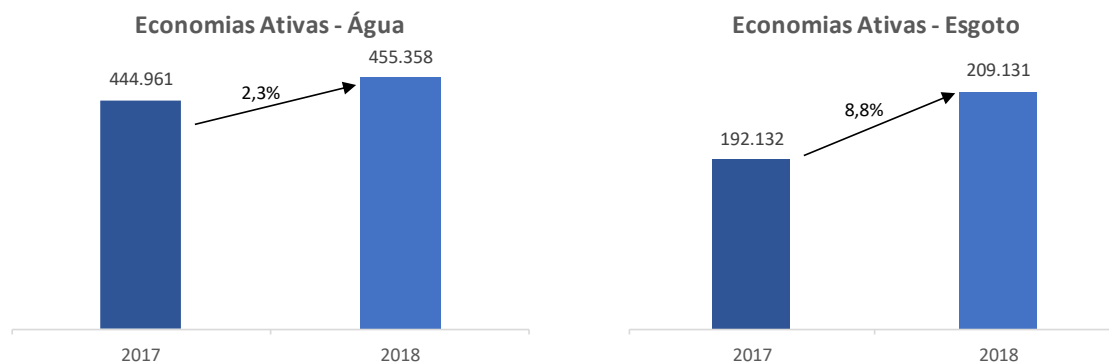
Conselho Empresarial Brasileiro
para o Desenvolvimento Sustentável

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Programa de Integridade: O Grupo Iguá tem como princípio a condução dos negócios de maneira legal, transparente e profissional, alinhando as práticas aos mais elevados padrões e valores éticos. Com isso criou o Programa de Integridade, que conta com a revisão de Códigos e Políticas internas.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

Abaixo relacionamos alguns indicadores operacionais da Companhia, que registram a melhora em nossas operações desde 2017:

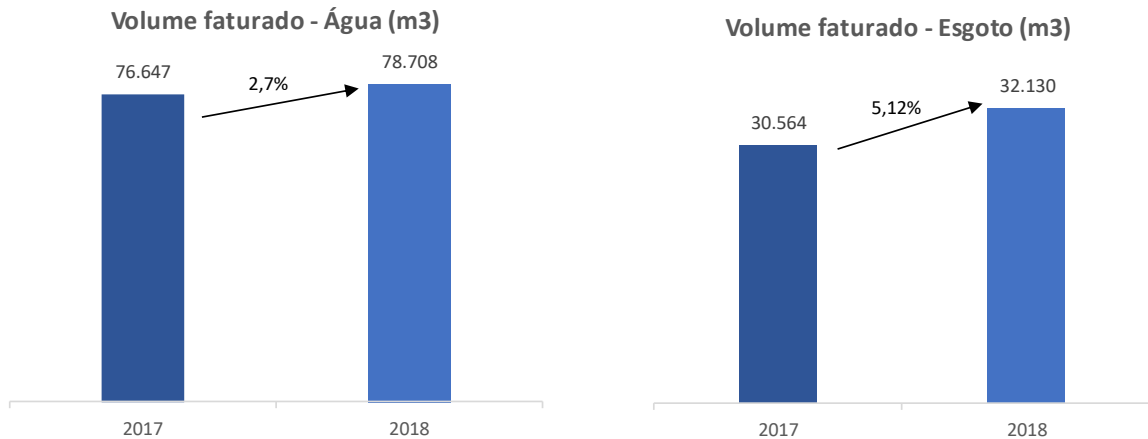


Nota: Não considera economias de PPPs (Atibaia, Agreste, SPAT e Guaratinguetá)

O número de economias de água atingiu 455,5 mil em 2018. O crescimento de 2,3% foi impulsionado, principalmente, pelo acréscimo de 5,4 mil novas economias em Cuiabá – que representa 51,5% desse aumento – e 1,1 mil novas economias em Tubarão. Este aumento foi motivado por regularizações de hidrômetros e pelo aumento da população atendida.

Em esgoto, o número de economias ativas atingiu 209,1 mil em 2018, um crescimento de 8,8% em comparação com 2017. Em Paranaguá houve aumento de 7,9 mil economias ativas de esgoto e, em conjunto com Cuiabá – que registrou aumento de 6,2 mil economias no mesmo período – foram as principais responsáveis por este crescimento.

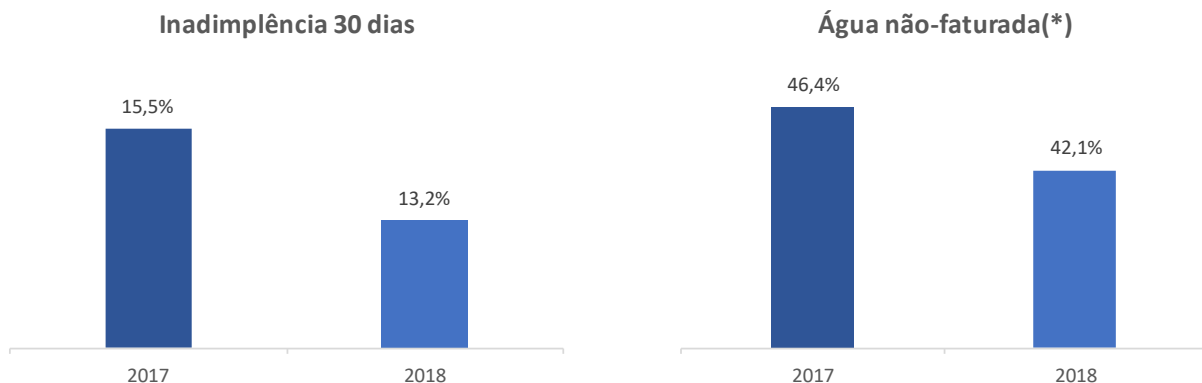
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Nota: Não considera economias de PPPs (Atibaia, Agreste, SPAT e Guaratinguetá)

Como reflexo do aumento de economias ativas, o volume faturado de água apresentou um aumento de 2,7% em 2018 quando comparado com 2017, passando de 76,6 mil m³ para 78,7 mil m³.

Já o volume faturado de esgoto apresentou aumento de 5,12% em 2018, passando de 30,6 mil em 2017 para 32,1 mil em 2018.



(*) $(\text{Volume Produzido (m}^3\text{)} - \text{Volume Faturado de Água (m}^3\text{)}) / \text{Volume Produzido de Água (m}^3\text{)}$

Com o objetivo de reduzir a inadimplência e perdas, diversas frentes foram intensificadas em 2018, tais como: realização de campanhas de combate a inadimplência, revisão e readequação dos processos operacionais (desde a leitura), readequação dos prazos de pagamentos e revisão da política e do fluxo de cortes. Como consequência, os índices de inadimplência apresentaram diminuição significativa em 2018. A inadimplência 30 dias, por exemplo, passou de 15,5% em 2017 para 13,2% em 2018.

Já o índice de água não-faturada, que mede o quanto do volume de água produzido efetivamente não se traduziu em faturamento, recuou de 46,4% em 2017 para 42,1% em 2018.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6. DESEMPENHO FINANCEIRO

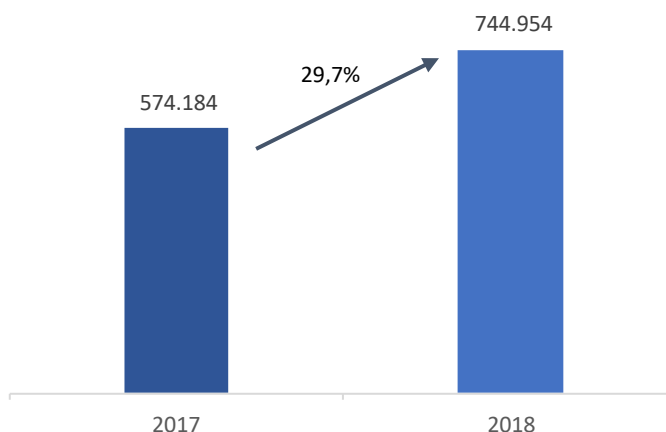
Apresentamos abaixo os resultados de 2018, com as devidas aberturas com relação às principais variações em comparação com 2017.

R\$'000	Consolidado		Variação	
	2018	2017	Δ R\$	Δ %
Saneamento e serviços	420.474	393.137	27.337	7,0%
Construção	242.488	121.718	120.770	99,2%
Ativo Financeiro	81.993	59.329	22.664	38,2%
Receita operacional líquida	744.955	574.184	170.771	29,7%
Custo de saneamento e serviços	(216.767)	(177.368)	(39.399)	22,2%
Custo de construção	(230.402)	(85.233)	(145.169)	170,3%
Custo dos serviços prestados	(447.169)	(262.601)	(184.568)	70,3%
Lucro bruto	297.786	311.583	-13.797	-4,4%
Comerciais	(15.583)	(11.848)	(3.735)	31,5%
Administrativas e gerais	(120.614)	(122.875)	2.261	-1,8%
Outras receitas (despesas)	1.351	299	1.052	351,8%
Outras receitas (despesas)	(538)	(254)	(284)	111,8%
Despesas operacionais	(135.384)	(134.678)	(706)	0,5%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	162.402	176.905	(14.503)	-8,2%
Resultado financeiro líquido	(120.082)	(117.658)	(2.424)	2,1%
Resultado de equivalência patrimonial	(788)	14.347	(15.135)	-105,5%
Resultado antes dos impostos	41.532	73.594	(32.062)	-43,6%
IR/CSLL	(23.762)	(43.341)	19.579	-45,2%
Resultado do período	17.769	30.253	(12.484)	-41,3%

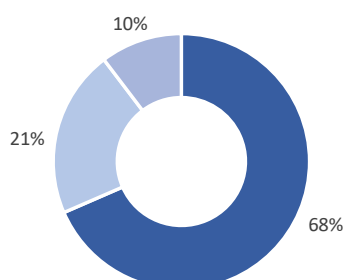
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6.1 Receita operacional líquida

Receita Operacional Líquida (R\$'000)

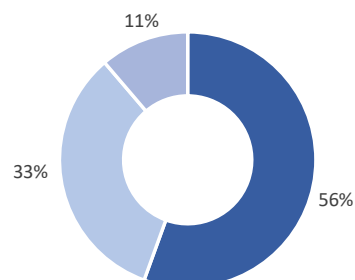


Abertura da Receita em 2017 (R\$'000)



■ Saneamento e serviços ■ Construção ■ Ativo Financeiro

Abertura da Receita em 2018 (R\$'000)



■ Saneamento e serviços ■ Construção ■ Ativo Financeiro

Em comparação com dezembro de 2017, a receita operacional líquida cresceu 29,7%, ou R\$ 170,8 milhões, passando de R\$ 574,2 milhões para R\$ 744,9 milhões.

A receita de saneamento e serviços, que representa 56% do nosso faturamento, é a métrica que apresenta o faturamento relacionado ao escopo principal de nossas operações e, por isso, reflete melhor o desempenho do nosso negócio. O crescimento da receita de saneamento e outros serviços em 2018 foi de 7%, ou R\$ 27,3 milhões, passando de R\$ 393,1 milhões para R\$ 420,5 milhões.

Dentre os fatores principais que contribuíram para esse crescimento estão:

- Águas Cuiabá: O aumento de R\$ 50,3 milhões na receita de saneamento e outros serviços em 2018 é reflexo, principalmente, do aumento de 5,4 mil novas economias de água e 6,2 mil novas economias de esgoto, que impactam diretamente o volume faturado.
- Reajustes tarifários, conforme contratos, aplicados no período em nossas concessionárias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A receita de construção, reflexo do volume de obras em nossos contratos, apresentou crescimento em 2018 de 99,2%, ou de R\$ 120,7 milhões, passando de R\$ 121,7 milhões para R\$ 242,5 milhões. O aumento justifica-se pela retomada e aumento no ritmo dos investimentos em nossas operações, com destaque para:

- Cuiabá: a operação apresentou um aumento de R\$ 74,9 milhões na receita de construção em 2018, quando iniciou a implantação do Sistema Sul de abastecimento de água, com contratações e fabricação da nova Estação de Tratamento de Água (ETA), e intensificou as obras para atender as metas contratuais.
- Paranaguá: para o atendimento de metas contratuais, a operação intensificou seus investimentos e obras. Além disso, antecipou investimentos que trazem receita de maneira rápida e consequentemente apresentam retorno atrativo, resultando em um aumento de R\$ 30,9 milhões na receita de construção em 2018.

Importante ressaltar que a receita de construção também reflete aplicação de norma IFRIC12 (ICPC 01 – R1) de nossas parcerias público-privadas, PPPs.

A receita de ativo financeiro apresentou aumento de R\$ 22,6 milhões em 2018, ou 38,2%, quando comparada com o mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 59,3 milhões para R\$ 81,9 milhões. A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente aos contratos de concessão pública. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6.2 Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$'000)	2018	2017	Δ%
Pessoal	(94.670)	(105.617)	-10,36%
Energia Elétrica	(43.077)	(43.572)	-1,14%
Serviços de Terceiros	(79.670)	(76.353)	4,34%
Materiais	(15.569)	(16.795)	-7,30%
Outorgas e Taxas de fiscalização	(28.104)	(24.832)	13,18%
Custo de Construção	(230.402)	(85.233)	170,32%
PCLD	(3.270)	(595)	449,58%
Outros Custos e Despesas	(32.797)	(22.938)	42,98%
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(3.062)	(3.936)	-22,21%
Custos e Despesas	(530.621)	(379.871)	39,68%
(-) Custos de Construção	(230.402)	(85.233)	170,32%
(-) Despesas não recorrentes	(17.776)	(14.151)	25,62%
Custos e Despesas Ajustado⁽¹⁾	(282.443)	(280.487)	0,70%
(+) Custos de Construção	(230.402)	(85.233)	170,32%
(+) Despesas não recorrentes	(17.776)	(14.151)	25,62%
(+) Amortização/Depreciação	(51.932)	(49.093)	5,78%
(+) Estorno <i>Impairment</i>	0	31.685	-100,00%
Total	(582.553)	(397.279)	46,64%

(1) a visão de Custos e Despesas relacionados à atividade operacional, excluídos os efeitos das despesas não recorrentes e Custos de Construção

Em 2018, os custos e despesas aumentaram em 46,6%, ou R\$185,3 milhões. A maior parte deste aumento, porém, reflete custos relacionados à atividade de construção e não de operação, conforme descrito abaixo.

O Custo de Construção apresentou um aumento significativo de 170,3%, ou de R\$145,2 milhões, passando de R\$ 85,2 milhões em 2017 para R\$ 230,4 milhões em 2018. O aumento no Custo de Construção, que representa 80% do aumento de custos e despesas no exercício, demonstra a retomada dos investimentos da Companhia, de acordo com cronogramas de investimentos pactuados nos contratos de Concessão, conforme podemos observar na seção 6 (Investimentos) deste relatório.

A redução de 10,3% em despesas com pessoal, que passou de R\$ 105,6 milhões em 2017 para R\$ 94,6 milhões em 2018, foi motivada pelos ajustes na estrutura organizacional implementados ao longo de 2018.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Custos com outorgas apresentaram crescimento de 13,18%, passando de R\$ 24,8 milhões em 2017 para R\$ 28,1 milhões em 2018, impactados diretamente pelo aumento dos direitos de outorgas variáveis que estão relacionadas à receita da operação – como acontece em Águas Cuiabá, Paranaguá Saneamento e Sanessol.

6.3 Receitas e despesas financeiras

Resultado Financeiro	2018	2017	Δ
Juros de aplicacoes financeiras	10.949	7.201	3.748
Juros do contas a receber de clientes	8.851	7.855	996
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	565	8.907	(8.342)
Descontos obtidos	1.109	936	173
Resultado com operacoes de mutuo	448	2.891	(2.442)
Swap	0	0	0
Outras	111	25	86
Receitas Financeiras	22.034	27.814	(5.781)
Juros pagos e incorridos	(111.276)	(127.487)	(16.212)
Swap	0	(3.835)	(3.835)
Despesas de operações com partes relacionadas	(115)	(123)	(8)
Juros sobre atualização de impostos a recolher	0	(46)	(46)
Descontos concedidos	0	0	0
Outras	(30.725)	(13.981)	16.744
Despesas Financeiras	(142.116)	(145.472)	3.356
Resultado Financeiro	(120.082)	(117.658)	(2.424)

O resultado financeiro fechou 2018 negativo em R\$ 120,1 milhões. As receitas provenientes de juros de aplicações financeiras registraram um aumento de R\$ 5,7 milhões, confirmando um caixa mais elevado e melhora nas aplicações financeiras da Companhia em 2018. Importante ressaltar que no terceiro trimestre de 2018 a Companhia voltou a desembolsar juros de alguns de seus contratos financeiros negociados na época da reestruturação financeira e societária (em especial nos contratos de financiamento de Águas Cuiabá).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6.4 (Prejuízo)/lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O Resultado antes dos impostos da Iguá passou de R\$ 73,6 em 2017 para R\$ 41,5 em 2018.

6.5 Resultado do exercício

O lucro apurado em 2018 foi de R\$ 17,8 milhões, enquanto que no mesmo período em 2017 este valor foi de R\$ 30,2 milhões.

7. ANÁLISE DO EBITDA

7.1 Resultados Ajustados

O quadro abaixo possibilita a análise dos resultados antes dos ajustes das novas normas contábeis, os efeitos da consolidação de empresas do Grupo que possuem controle compartilhado e demais ajustes gerenciais abaixo relacionados, e desconsidera os custos relacionados à reestruturação societária da Companhia.

Resultado Ajustado						
R\$'000	Total (com IFRS)		Ajustes		Total Ajustado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita bruta	786.400	631.810	(142.486)	(27.853)	643.914	603.957
Receita líquida	744.954	574.184	(163.491)	(29.808)	581.463	544.376
Custo dos serviços	(447.169)	(262.601)	170.044	3.758	(277.125)	(258.843)
Lucro bruto	297.785	311.583	6.554	(26.050)	304.339	285.533
Despesas operacionais	(135.384)	(134.678)	(10.769)	(31.468)	(146.153)	(166.146)
Financeiras líquidas	(120.082)	(117.658)	390	(10.536)	(119.692)	(128.194)
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos	42.319	59.247	(3.825)	(68.054)	38.494	(8.807)

7.2 EBITDA e EBITDA Ajustado

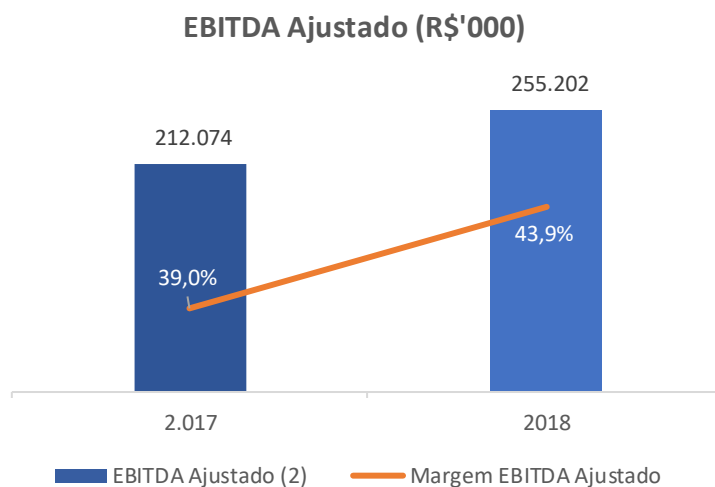
A seguir apresentamos análise do nosso EBITDA ajustando-o de forma a permitir a melhor interpretação da conversão de caixa da Companhia. Lembrando que o EBITDA é uma medida não contábil, cabendo à Companhia informar ao usuário os seus critérios, os quais podem ser assim identificados (i) desconsiderando os efeitos contábeis ocasionados pela aplicação das normas do IFRS,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(ii) consolidação das empresas do Grupo que possuem controle compartilhado, e (iii) gastos não recorrentes que envolvem os custos de transação da reestruturação societária da Companhia e da transação de aumento de capital.

EBITDA (R\$'000)	2018	2017	Δ%
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos	42.319	59.247	171,4%
(+) Resultado Financeiro	120.082	117.658	2%
(+) Amortização e Depreciação	51.143	49.093	4%
EBITDA⁽¹⁾	213.544	225.998	-6%
(-) Ajustes	(41.658)	(28.075)	48%
(+) Gastos não recorrentes	17.776	14.151	26%
EBITDA Ajustado⁽²⁾	255.202	212.074	20,3%
Receita Líquida Ajustada	581.463	544.376	7%
Margem EBITDA Ajustado	43,9%	39,0%	

- (1) Consiste no lucro operacional consolidado antes do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização, do imposto de renda e da contribuição social, excluindo a equivalência patrimonial. Ressalta-se que o EBITDA não é uma medida estabelecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e por não ser padronizada, pode ser definida e calculada de maneiras diferentes por outras Empresas.
- (2) O Grupo considera o EBITDA sem os efeitos do IFRS como instrumento adequado para avaliar o desempenho financeiro e operacional de cada regional.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2018, o EBITDA ajustado atingiu R\$ 255,2 milhões, um aumento de 20,3% em comparação com o mesmo período de 2017. A margem EBITDA também apresentou crescimento expressivo, saltando de 39,0% para 43,9%, evidenciando a melhora da performance operacional da Companhia.

8. ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

Indicadores de Endividamento			
R\$'000	2018	2017	Δ%
Dívida bruta	(1.197.382)	(1.112.658)	7,6%
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	282.239	133.731	111,0%
Dívida líquida	(915.143)	(978.927)	-6,5%
EBITDA ajustado (*)	255.202	212.074	
Dívida líquida / EBITDA ajustado	3,6x	4,6x	

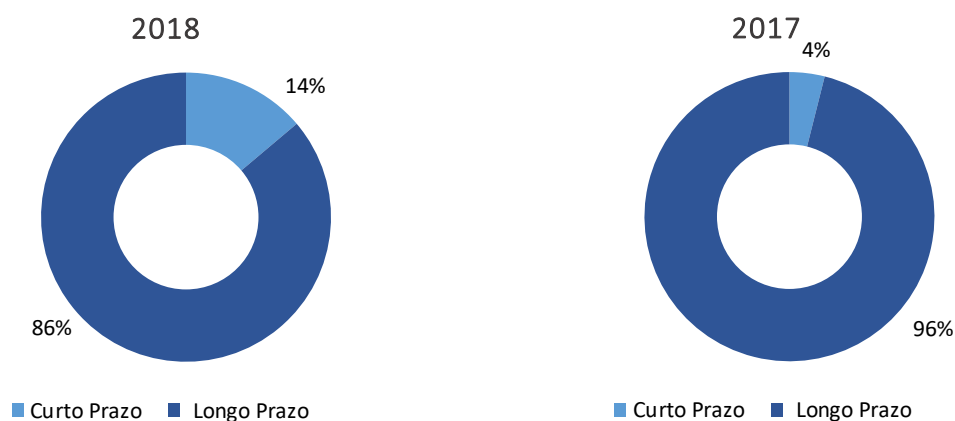
(*) Corresponde ao EBITDA ajustado conforme item 7.2

Comparada com 2017, a dívida bruta em 2018 apresentou aumento de 7,6%. Aumento justificado, principalmente, pela 3ª emissão de Debêntures no valor de R\$ 70 milhões de reais emitidas em abril de 2018 e por emissões de outras novas dívidas no valor de R\$ 52 milhões em 5 de nossas operações no Mato Grosso e Sanessol.

O aumento da geração de caixa operacional e a operação de aumento de capital ocorrida no último trimestre de 2018, como já mencionado acima, contribuíram para a redução do indicador Dívida Líquida / EBITDA ajustado para 3,6x. O aumento de capital, em especial, seguirá produzindo efeitos positivos neste indicador ao longo de 2019, uma vez que somente parte dos R\$ 400 milhões subscritos foram integralizados em 2018.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

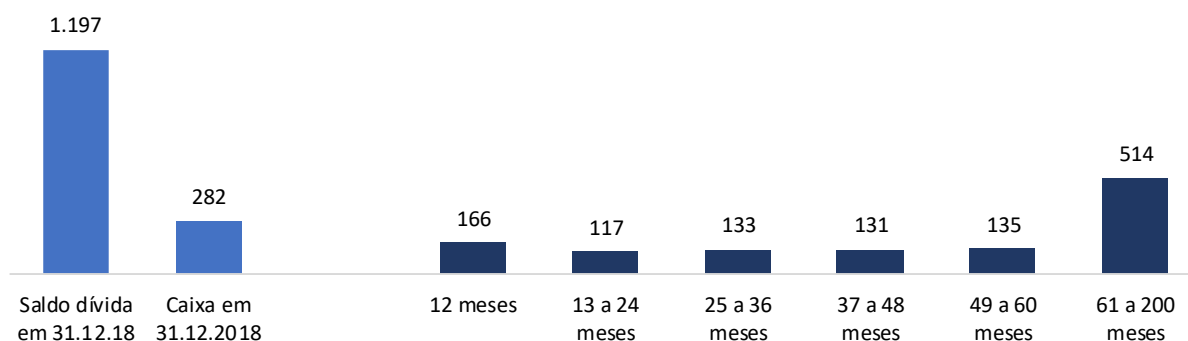
8.1 Perfil da dívida



A Igua fechou 2018 com 86% de seu financiamento concentrado no longo prazo. A Companhia segue envidando seus melhores esforços não só para o refinanciamento das dívidas que vencem no curto prazo, mas também e em especial para a contratação de novas dívidas de longo prazo para financiar seu programa de investimentos, em condições que reflitam a sua nova situação financeira e creditícia.

8.2 Cronograma de amortização da Dívida

O cronograma de amortização da dívida abaixo reflete os vencimentos concentrados no longo prazo na data base de 31 de dezembro de 2018, resultado da melhora da estrutura de capital da Companhia ao longo de 2018.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9. INVESTIMENTOS

Demonstramos no quadro abaixo os investimentos realizados nos últimos dois anos.

Investimentos (CAPEX)	2018	2017	Δ%
Água	104.601	61.378	70%
Esgoto	121.034	21.414	465%
Outros	66.997	22.620	196%
Total	292.633	105.412	178%

Ilustrando a capacidade e o comprometimento da companhia com suas metas contratuais, os investimentos registraram aumento significativo de 178% em 2018, passando de R\$ 105,4 milhões de investimentos em 2017, para R\$ 292,6 milhões de investimentos este ano. Entendemos que obras e melhorias para o saneamento básico são o caminho para proporcionar à população mais saúde, qualidade de vida e sustentabilidade. Por isso, a Iguá seguirá colocando em prática seu plano de investimento aprovado, buscando não só o cumprimento de metas mas também métodos e materiais mais eficientes, inovadores e sustentáveis.

Com relação a 2018, destacam-se como principais investimentos no período:

- Cuiabá:
 - Investimentos foram intensificados para o cumprimento das metas estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Poder Concedente e o com o Ministério Público do Mato Grosso.
 - Em água, destacam-se os investimentos para revitalização e ampliação do Sistema Ribeirão do Lipa e para a construção e implantação de uma nova estação de tratamento de água, a ETA Sul.
 - Em esgoto, os investimentos visam a modernização e ampliação da capacidade de tratamento nas ETEs Dom Aquino e Tijucal.
- Paranaguá:
 - Em Paranaguá, a maior parte dos investimentos foram voltados para a conclusão e inauguração da primeira fase da ETE Cominese. Com a inauguração, ocorrida no fim de 2018, a operação ampliou o tratamento de esgoto no município de 72% para 92%, beneficiando diretamente mais de 40 mil moradores.
- Tubarão:
 - Em água, destacam-se os investimentos realizados para a implantação e inauguração em novembro de 2018 do Sistema de Tratamento de Lodo na ETA Tubarão.
 - Foram iniciados investimentos para as obras no sistema de tratamento de esgoto, com destaque para avanços nas obras das redes coletoras, estações elevatórias e na elaboração de projetos (executivos, de suprimentos, dentre outros) para a construção da ETE Tubarão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Sanessol:
 - Com previsão de entrega para o primeiro semestre de 2019, foram realizados investimentos para construção da ETE Fartura. A inauguração proporcionará a universalização do tratamento de esgoto para a cidade de Mirassol.

São classificados como Outros Investimentos os demais custos com o gerenciamento de CAPEX, troca de frota, reformas nas instalações, troca de equipamentos de TI, dentre outros.

10. PARECER DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES ANUAIS

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as Informações Anuais de 2018 e com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM n. 480/09.

11. INSTRUÇÕES CVM n. 381/03

Em conformidade com a Instrução CVM n. 381, a Companhia informa que seus auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/A, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

12. DISCLAIMER

Considerações futuras, se contidas nesse documento, são exclusivamente relacionadas às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros e às perspectivas de crescimento da Companhia, não se constituindo, portanto, em garantia de performance ou de resultados futuros da Companhia. Essas considerações são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Companhia em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o seu plano de negócios. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores, além dos riscos apresentados nos documentos de divulgação arquivados pela Companhia e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

Informações adicionais não auditadas ou revisadas por auditoria aqui contidas refletem a interpretação da Administração da Companhia sobre informações provindas de suas informações anuais e seus respectivos ajustes, que foram preparados em conformidade com as práticas de mercado e para fins

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

exclusivos de uma análise mais detalhada e específica dos resultados da Companhia. Dessa forma, tais considerações e dados adicionais devem ser também analisados e interpretados de forma independente pelos acionistas e agentes de mercado que deverão fazer suas próprias análises e conclusões sobre os resultados aqui divulgados. Nenhum dado ou análise interpretativa realizada pela Administração da Companhia deve ser tratado como garantia de desempenho ou de resultado futuro e são meramente ilustrativas da visão da Administração da Companhia sobre os seus resultados.

A administração da Companhia não se responsabiliza pela conformidade e pela precisão das informações financeiras gerenciais discutidas no presente relatório. Tais informações financeiras gerenciais devem ser consideradas apenas para fins informativos e não de forma a substituir a análise de nossas informações financeiras anuais individuais e consolidadas revisadas por auditores independentes para fins de decisão ou para qualquer outra finalidade.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações financeiras (DFs) da Iguá Saneamento S.A., aqui prestadas, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Finalizando, queremos expressar nossos agradecimentos a clientes, usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia. A

A Administração.

28 de março de 2019.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras

Iguá Saneamento S.A.

31 de dezembro de 2018

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Informações sobre o Grupo

A Iguá Saneamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.306, Conjunto 151, 15º andar, na cidade de São Paulo/SP, e tem como objetivo principal a atuação na área de saneamento básico, diretamente ou através de sociedades em que vier a participar como sócia ou acionista, por meio da realização das atividades de captação, tratamento, distribuição geral de água, coleta e tratamento de esgoto, elaboração de projetos e estudos técnicos, bem como construção, operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração das obras e sistema de saneamento básico, enfim, todas as atividades necessárias à plena atuação na área de saneamento básico, podendo, inclusive, adquirir negócios já implantados, ou a serem implantados, na referida área, além da participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

As participações da Companhia são representadas, substancialmente, pela sua participação nas Empresas a seguir relacionadas:

- (a) Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A. - iniciou as operações em janeiro de 2008 com a assinatura do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Mirassol - São Paulo e irá operar o sistema até 2038.
- (b) Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A. - iniciou as operações em novembro de 2007 com a assinatura do Contrato Administrativo de Concessão para a Exploração de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Palestina - São Paulo e irá operar o sistema até 2037.
- (c) Guaratinguetá Saneamento S.A. - iniciou suas atividades em 11 de junho de 2008 com a assinatura do Contrato de Parceria Público-Privada Administrativa para a prestação de serviços de coleta, tratamento de esgoto sanitário e a disposição do lodo no município de Guaratinguetá - São Paulo e irá operar o sistema até 2038.
- (d) SPAT Saneamento S.A. - iniciou suas atividades em 01 de fevereiro de 2009 com o Contrato de Concessão de Parceria Público-Privada na modalidade administrativa, para a prestação de serviços de manutenção de barragens, inspeção e manutenção de túneis e canais de interligação de barragens, manutenção civil e eletromecânica em unidades integrantes do sistema, tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, serviços auxiliares, ampliação da capacidade da estação de tratamento de água de Taiaçupeba, construção das adutoras e de outras utilidades no município de Suzano - São Paulo e irá operar o sistema até 2024.
- (e) Paranaguá Saneamento S.A. - iniciou suas atividades em 30 de dezembro de 1996 com a assinatura do Contrato de Subconcessão da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgoto sanitário no perímetro urbano da cidade de Paranaguá - Paraná. Em maio de 2008, o controle foi adquirido pela Iguá Saneamento S.A, juntamente com o Contrato de Subconcessão. Em novembro de 2011, o contrato de Subconcessão foi alterado e seu prazo aditado em 240 meses, portanto, a investida vai operar o sistema até 2045.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

1. Informações sobre o Grupo--Continuação

- (f) Iguá MT Participações Ltda. - iniciou suas atividades em agosto de 2009 com a constituição da holding para administração centralizada das Empresas investidas da Companhia situadas no estado do Mato Grosso.
- (g) Águas Pontes e Lacerda Ltda. - iniciou suas atividades em maio de 2001 com a assinatura do contrato de concessão plena de água e esgoto sanitário no município de Pontes e Lacerda - Mato Grosso. Em setembro de 2009, a Iguá Saneamento S.A adquiriu 80% de participação e assumiu o controle da Empresa e irá operar o sistema até 2031. Em maio de 2011, passou a ser controlada direta da Iguá MT Participações Ltda. e, por consequência, controlada indireta da Iguá Saneamento S.A.
- (h) Águas Colíder Ltda. - iniciou suas atividades em abril de 2002 com a assinatura do contrato de concessão plena de água e esgoto sanitário no município de Colider - Mato Grosso. Em setembro de 2009, a Iguá Saneamento S.A ambiental adquiriu 80% de participação e assumiu o controle da Empresa e irá operar o sistema até 2032. Em maio de 2011, passou a ser controlada direta da Iguá MT Participações Ltda. e, por consequência, controlada indireta da Iguá Saneamento S.A.
- (i) Águas Alta Floresta Ltda. - iniciou suas atividades em novembro de 2002 com a assinatura do contrato de concessão plena de água e esgoto no município de Alta Floresta - Mato Grosso. Em setembro de 2009, a Iguá Saneamento S.A adquiriu 80% de participação e assumiu o controle da Empresa e irá operar o sistema até 2032. Em maio de 2011 passou a ser controlada direta da Iguá MT Participações Ltda. e, por consequência, controlada indireta da Iguá Saneamento S.A.
- (j) CAC Participações Ltda. - iniciou suas atividades em abril de 2009 com a constituição de uma holding para futuras aquisições.
- (k) Águas Piquete S.A. - iniciou suas atividades em março de 2010 com a assinatura do contrato de concessão de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Piquete - São Paulo e irá operar o sistema até 2040.
- (l) Águas Canarana Ltda. - iniciou as operações em 18 de abril de 2000 com a assinatura do Contrato Administrativo de Concessão para Exploração de Serviços Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Canarana - Mato Grosso e irá operar o sistema até 2040.
- (m) Águas Comodoro Ltda. - iniciou suas atividades em setembro de 2007 com a assinatura do contrato de concessão plena de água e esgotos sanitários no município de Comodoro - Mato Grosso. Em setembro de 2010, a Iguá Saneamento S.A adquiriu 80% de participação e assumiu o controle da Empresa e irá operar o sistema até 2037. Em maio de 2011, passou a ser controlada direta da Iguá MT Participações Ltda. e, por consequência, controlada indireta da Iguá Saneamento S.A

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

1. Informações sobre o Grupo--Continuação

- (n) Águas de Andradina S.A. - constituída em 15 de setembro de 2010, iniciou suas operações em 4 de outubro de 2010 com o Contrato Administrativo de Concessão para Exploração de Serviços Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Andradina - São Paulo e irá operar o sistema até 2040. Esta Companhia é estruturada separadamente sobre a qual a Companhia possui direitos sobre os ativos líquidos, sendo classificada, portanto, como controlada em conjunto com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e avaliada pelo método da equivalência patrimonial.
- (o) Águas de Castilho S.A. - constituída em 29 de outubro de 2010, iniciou suas atividades em 10 de janeiro de 2011 com o propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no Município de Castilho - São Paulo e a prestação dos serviços suplementares, conforme definido no contrato de concessão firmado pela Companhia com o Município de Castilho (Poder Concedente), decorrente da Concorrência Pública e irá operar o sistema até 2040. Esta Companhia é estruturada separadamente sobre a qual a Companhia possui direitos sobre os ativos líquidos, sendo classificada, portanto, como controlada em conjunto com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e avaliada pelo método da equivalência patrimonial.
- (p) Tubarão Saneamento S.A. - constituída em 16 de novembro de 2011, iniciou suas atividades em 01 de março de 2012 com o propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no Município de Tubarão - Santa Catarina, e a prestação dos serviços suplementares, conforme definido no contrato de concessão firmado pela Companhia em fevereiro de 2012 com o Município de Tubarão (Poder Concedente), decorrente da Concorrência Pública e irá operar o sistema até 2042. Esta Companhia é estruturada separadamente sobre a qual a Companhia possui direitos sobre os ativos líquidos, sendo classificada, portanto, como controlada em conjunto com a Duane do Brasil S.A. e avaliada pelo método da equivalência patrimonial.
- (q) Itapoá Saneamento Ltda. - constituída em 30 agosto de 2012, iniciou suas atividades em 13 de outubro de 2012 com o propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no Município de Itapoá - Santa Catarina, nos termos do Edital de Licitação sob a modalidade de Concorrência pública conforme definido no contrato de concessão administrativo, firmado em 4 de outubro de 2012 e irá operar o sistema até 2042. Esta Empresa é estruturada separadamente sobre a qual a Companhia possui direitos sobre os ativos líquidos, sendo classificada, portanto, como controlada em conjunto com a Serrana Engenharia S.A. e avaliada pelo método da equivalência patrimonial.
- (r) Iguá Projetos Ltda. - constituída em 29 de outubro de 2010 com o objetivo de elaborar projetos e estudos técnicos, desenvolvimento de pesquisas para modernização e ampliação de sistemas de saneamento básico, bem como de participar em outras sociedades como sócia ou acionista.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

1. Informações sobre o Grupo--Continuação

- (s) Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto - constituída em 24 de janeiro de 2012, iniciou suas atividades em 18 de abril de 2012 com o propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no Município de Cuiabá - Mato Grosso, e a prestação dos serviços suplementares, conforme definido no contrato de concessão firmado pela Companhia em 17 de fevereiro de 2012 com o Município de Cuiabá (Poder Concedente), decorrente da Concorrência Pública e irá operar o sistema até 2042.
- (t) Agreste Saneamento S.A. - constituída em 13 de março de 2012, iniciou suas atividades em 01 de dezembro de 2012 com o propósito específico e exclusivo de atender à execução do Contrato de Concessão Administrativa com a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, nos termos do Edital de Licitação sob a modalidade de concorrência para a prestação de serviços, pelo período de 30 anos, de construção, gestão, operação e manutenção do novo Sistema Adutor do Agreste, firmado pela Companhia em 1º de junho de 2012. Planejado para iniciar em Traipu e terminar em Arapiraca - Alagoas e irá operar o sistema até 2042.
- (u) Iguá Serviços de Engenharia em Saneamento Ltda. - sociedade constituída em 22 de dezembro de 2011, tem como objeto o gerenciamento, a gestão, a fiscalização e a implementação de projetos, obras e serviços técnicos.
- (v) Atibaia Saneamento S.A. - constituída em 6 de dezembro de 2012, iniciou suas atividades em 21 de junho de 2013 com a assinatura do Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, consistindo na prestação do serviço público de operações e atividades de apoio, acompanhado das obras de complementação, adequação e modernização do sistema de esgotamento sanitário do território urbano do Município de Estância de Atibaia - São Paulo e irá operar o sistema até 2043.
- (w) PCT Participações Ltda. - adquirida em 27 de fevereiro de 2018, era acionista minoritária que detinha 20% de participação das controladas Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Águas Canarana Ltda. e Iguá MT Participações Ltda. Consequentemente, a Companhia passa a deter 100% de participação nas referidas controladas, bem como nas controladas diretas da Iguá MT Participações Ltda., descritas nos itens (g), (h), (i) e (m) desta nota explicativa.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de consolidação--Continuação

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Notas Explicativas**Iguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação**2.1. Base de consolidação--Continuação**

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem:

Controladas	Cidade	Controle	Participação	
			2018	2017
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	Mirassol – SP	Direto	90,00%	90,00%
Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A.	Palestina – SP	Direto	50,00%	50,00%
Guaratinguetá Saneamento S.A.	Guaratinguetá – SP	Direto	100,00%	100,00%
SPAT Saneamento S.A.	Suzano – SP	Direto	95,00%	95,00%
Paranaguá Saneamento S.A.	Paranaguá – PR	Direto	100,00%	100,00%
Iguá MT Participações Ltda. (**)	Cuiabá – MT	Direto	100,00%	80,00%
Águas Pontes e Lacerda Ltda. (**)	Pontes Lacerda – MT	Indireto	100,00%	80,00%
Águas Colider Ltda. (**)	Colider – MT	Indireto	100,00%	80,00%
Águas Alta Floresta Ltda. (**)	Alta Floresta – MT	Indireto	100,00%	80,00%
CAC Participações Ltda.	São Paulo - SP	Direto	99,80%	99,80%
Águas Piquete S.A.	Piquete – SP	Direto	100,00%	100,00%
Águas Canarana Ltda. (**)	Canarana – MT	Direto	100,00%	80,00%
Águas Comodoro Ltda. (**)	Comodoro – MT	Indireto	100,00%	80,00%
Águas de Andradina S.A.	Andradina – SP	Em conjunto	70,00%	70,00%
Águas de Castilho S.A.	Castilho – SP	Em conjunto	70,00%	70,00%
Tubarão Saneamento S.A.	Tubarão – SC	Em conjunto	50,00%	50,00%
Itapoá Saneamento Ltda.	Itapoá – SC	Em conjunto	50,00%	50,00%
Iguá Projetos Ltda.	São Paulo - SP	Direto	100,00%	100,00%
Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (**)	Cuiabá – MT	Direto	100,00%	80,00%
Agreste Saneamento S.A.	Arapiraca – AL	Direto	100,00%	100,00%
Iguá Serviços de Engenharia em Saneamento Ltda.	São Paulo – SP	Direto	100,00%	100,00%
Atibaia Saneamento S.A.	Atibaia – SP	Direto	100,00%	100,00%
PCT Participações Ltda. (*)	Cuiabá – MT	Direto	100,00%	-

(*) Em 27 de fevereiro de 2018, a Companhia adquiriu as quotas emitidas pela sociedade PCT Participações Ltda., acionista minoritária que detinha 20% de participação das controladas Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Águas Canarana Ltda. e Iguá MT Participações Ltda.

(**) Com a aquisição da PCT, a partir de 27 de fevereiro de 2018, a Companhia detém 100% de participação nas referidas controladas.

Apesar do Grupo possuir 50% do poder de voto da Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A., o Grupo é capaz de governar as políticas financeiras e operacionais dessa entidade em razão de todos os diretores e o presidente do Conselho da Administração serem seus representantes. Consequentemente, esta controlada é consolidada nas demonstrações financeiras do Grupo.

Apesar do Grupo possuir 70% do poder de voto em Águas de Andradina S.A. e de Águas de Castilho S.A. e 50% do poder de voto em Tubarão Saneamento S.A. e Itapoá Saneamento S.A. o Grupo possui controle compartilhado estabelecido contratualmente que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Investimentos em coligadas e em joint ventures

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas.

Operação em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Estas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos do Grupo em sua coligada e na joint venture são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada ou da *joint venture* a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou *joint venture* é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais da coligada ou *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada ou na *joint venture*, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e a coligada ou *joint venture* são eliminados em proporção à participação na coligada ou *joint venture*.

A soma da participação do Grupo nos resultados de uma coligada ou *joint venture* é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da coligada ou *joint venture*.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Investimentos em coligadas e em joint ventures--Continuação

As demonstrações financeiras da coligada ou *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as do Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento do Grupo em sua coligada ou *joint venture*. O Grupo determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada ou *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada ou *joint venture* e o valor contábil, e reconhece a perda em "Participação em lucros de coligada e *joint venture*", na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada ou controle conjunto sobre a *joint venture*, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada ou *joint venture*, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.4. Mensuração ao valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras e outros investimentos para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, depósitos bancários vinculados, ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Mensuração ao valor justo--Continuação

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Receita de contrato com cliente

a) Serviços *management fee*

A receita de serviços é constituída conforme única obrigação de desempenho cumprida ao longo do tempo de forma linear. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviço decorrem da cobrança de taxa de administração referente a suporte e apoio na gestão administrativa, financeira e operacional das investidas controladas diretamente e indiretamente e controladas em conjunto pela Companhia.

b) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

c) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo pode ser classificado como um ativo financeiro ou como um ativo intangível.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Receita de contrato com cliente--Continuação

c) Contratos de concessão de serviços e construção--Continuação

Abaixo demonstramos como as controladas do Grupo mensuram a receita de clientes proveniente dos contratos de concessão de serviços e construção:

<i>Controladas</i>	Modelo de mensuração
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	Intangível
Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A.	Intangível
Guaratinguetá Saneamento S.A.	Bifurcado
SPAT Saneamento S.A.	Ativo Financeiro
Paranaguá Saneamento S.A.	Intangível
Águas Pontes e Lacerda Ltda.	Intangível
Águas Colíder Ltda.	Intangível
Águas Alta Floresta Ltda.	Intangível
Águas Piquete S.A.	Intangível
Águas Canarana Ltda.	Intangível
Águas Comodoro Ltda.	Intangível
Águas de Andradina S.A.	Intangível
Águas de Castilho S.A.	Intangível
Tubarão Saneamento S.A.	Intangível
Itapoá Saneamento Ltda.	Intangível
Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	Intangível
Agreste Saneamento S.A.	Ativo Financeiro
Atibaia Saneamento S.A.	Ativo Financeiro

O Grupo reconhece um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O Grupo tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (i) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (ii) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Receita de contrato com cliente--Continuação

c) Contratos de concessão de serviços e construção--Continuação

O Grupo reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

O Grupo estima que o valor justo da contraprestação de seus ativos financeiros relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem. Esta margem adicional, estimada conforme plano de negócio do contrato de concessão, é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre a gestão do contrato de construção, a qual é adicionada ao referido custo de construção, resultando na receita de construção. As taxas utilizadas estão descritas abaixo.

<i>Controladas</i>	2018	2017
SPAT Saneamento S.A.	11,56%	11,56%
Guaratinguetá Saneamento S.A.	22,43%	22,43%
Agreste Saneamento S.A.	65,88%	65,88%
Atibaia Saneamento S.A.	28,80%	28,80%

Para mensuração da receita de construção diretamente relacionada a ativos intangíveis, o Grupo estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

d) Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de concessão, levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio aos recebíveis das obras que ocorrerão até o final da concessão, considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. As taxas utilizadas estão descritas abaixo.

<i>Controladas</i>	2018	2017
SPAT Saneamento S.A.	10,52%	8,34%
Guaratinguetá Saneamento S.A.	17,75%	11,20%
Agreste Saneamento S.A.	10,31%	12,30%
Atibaia Saneamento S.A.	15,85%	28,62%

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Receita de contrato com cliente--Continuação

e) Receita de serviços de operação

O Grupo reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho.

f) Receita de serviços de operação

O Grupo satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

2.6. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que o Grupo cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

2.7. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras, impostos a recuperar e clientes;
- Juros sobre operação partes relacionadas;
- Descontos obtidos;
- Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e impostos a recolher;
- Outras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecidos no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias do Grupo e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis do Grupo, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Tributos--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

c) Tributos sobre a venda

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O Grupo considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação

de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Conitnuação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. *Vide políticas contábeis na Nota 2.5 - Receita de contrato com cliente.*

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem o contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

ii) *Mensuração subsequente*--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa.

iii) *Desreconhecimento*

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando o Grupo nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iv) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

b) Passivos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os passivos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

iii) *Desreconhecimento*

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Instrumentos financeiros compostos

Os instrumentos financeiros compostos emitidos pela Companhia compreendem as debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações que podem ser convertidas em capital por opção do detentor e o número de ações a serem emitidas é fixo e não varia em função de mudanças no valor justo, sendo obrigatória a conversão em ações no vencimento, na proporção de uma ação ordinária por cada debênture.

O componente passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente pelo valor justo. O componente do patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento financeiro composto como um todo e o valor justo do componente passivo. Quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são alocados para os componentes de passivo e patrimônio líquido proporcionalmente aos seus valores contábeis iniciais.

Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, o componente passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado.

Na conversão no seu vencimento, o passivo financeiro é reclassificado para o patrimônio líquido e nenhum ganho ou perda é reconhecido.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

2.13. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.14. Caixa e equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.15. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Provisões--Continuação

b) Provisão para contingências

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Transações envolvendo pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos executivos do Grupo é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no passivo, durante o período em que os executivos adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Benefícios a empregados--Continuação

b) Transações envolvendo pagamento baseado em ações--Continuação

Transações liquidadas com caixa

Um passivo é reconhecido ao valor justo da transação liquidada com caixa. O valor justo é mensurado inicialmente e a cada data de reporte até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesas com benefícios a empregados na demonstração do resultado. O valor justo é reconhecido como despesa ao longo do período até a data de aquisição, com o reconhecimento de um passivo correspondente. O valor justo é determinado com base no modelo de *Black & Scholes*.

c) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

O Grupo não possui outros benefícios pós-emprego.

2.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

Grupo como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade no fim do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.19. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

O Grupo aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas mas ainda não vigentes.

A seguir apresentamos as novas normas e alterações emitidas pelo CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9 - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. O Grupo adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018 a qual impactou as demonstrações financeiras. As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, foram reconhecidas no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018.

Abaixo demonstramos a reconciliação dos novos saldos patrimoniais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e ao saldo de abertura, em 1º de janeiro de 2018, afetados pelas novas normas:

	Nota	Demonstrações financeiras divulgadas em 31/12/2017	Impactos referente adoção do IFRS IFRS9/CPC 48	Demonstrações financeiras em 01/01/2018
Ativos				
Contas a receber e outros recebíveis	(a)	195.413	(6.438)	188.975
Total do ativo circulante		357.374	(6.438)	350.936
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b)	60.444	2.168	62.612
Investimentos	(c)	24.721	(342)	24.379
Total do ativo não circulante		1.450.916	1.826	1.452.742
Total do ativo		1.808.290	(4.612)	1.803.678
Passivos				
Total do passivo circulante		131.809	-	131.809
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b)	83.483	(21)	83.462
Provisão para perdas em investimentos	(c)	428	24	452
Total do não passivo circulante		1.224.035	3	1.224.038
Patrimônio líquido				
Prejuízos acumulados		(126.371)	(3.869)	(130.240)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		449.591	(3.869)	445.722
Participação de não controladores		2.855	(746)	2.109
Total do passivo		1.355.844	3	1.355.847
Total do passivo e patrimônio líquido		1.808.290	(4.612)	1.803.678

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018— Continuação

- (a) Impacto relativo à adoção da análise da carteira de recebíveis, onde foi efetuado a aplicação da abordagem simplificada do modelo prospectivo de perdas esperadas estabelecida pelo IFRS 9 / CPC 48.
- (b) Reflexo no diferimento do imposto de renda e contribuição social em virtude do aumento da provisão de perda do valor recuperável do contas a receber e outros recebíveis.
- (c) Reflexo dos itens (a) e (b) nos investimentos relativos às controladas em conjunto Águas de Andradina S.A., Águas de Castilho S.A.; Itapoá Saneamento Ltda. e Tubarão Saneamento S.A. não consolidadas nas demonstrações financeiras.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, equivalente à norma internacional IFRS 15 - estabelece um novo modelo contendo cinco passos que devem ser aplicados às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a CPC 47, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma substitui a CPC 17 - Contratos de Construção e correspondentes interpretações. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018 a qual não impactou em diferenças significativas.

2.21. Novas normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

O CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil é equivalente a norma internacional IFRS 16 - *Leases*, é efetivo para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019 e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21. Novas normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso, numa base prospectiva.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

O Grupo optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

O Grupo possui arrendamentos de equipamentos administrativos (como computadores, impressoras, copiadoras, aparelhos de videoconferência, equipamentos audiovisuais e de comunicação, máquinas de café), equipamentos operacionais (retroescavadeiras, caminhão pipa e munck, empilhadeiras, containers), veículos e de imóveis.

O Grupo planeja adotar a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva com efeito cumulativo na data da aplicação inicial, conforme previsto no parágrafo C5 (b) do CPC 06 (R2). Consequentemente, a data de aplicação inicial será 31 de dezembro de 2018, com os efeitos sendo reconhecidos em 1º de janeiro de 2019 diretamente no patrimônio líquido.

O Grupo avaliou o impacto da adoção desta norma e encontra-se em fase de aprovação do potencial ajuste a ser reconhecido.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21. Novas normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017

CPC 15 (R1) - Combinações de negócios

As alterações esclarecem que, quando a entidade obtém o controle de um negócio que seja uma operação conjunta, ela deve aplicar os requisitos para uma combinação de negócios em estágios, inclusive a reavaliação de participações anteriormente detidas nos ativos e passivos da operação conjunta ao valor justo. Ao fazê-lo, a adquirente reavalia toda a participação anteriormente detida na operação conjunta.

A entidade deve aplicar estas alterações às combinações de negócios para as quais a data de aquisição ocorre a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações aplicam-se às combinações de negócios futuras do Grupo.

CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto

Uma parte que participe, mas não possua o controle conjunto de uma operação conjunta, poderá obter o controle conjunto da operação conjunta cuja atividade constitua um negócio, conforme definição do CPC 15 (R1). As alterações esclarecem que as participações anteriormente detidas nesta operação conjunta não serão reavaliadas.

A entidade deve aplicar estas alterações às operações cujo controle tenha sido obtido a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada.

Atualmente, estas alterações não são aplicáveis ao Grupo, mas podem ser aplicáveis a transações futuras.

CPC 32 - Tributos sobre o lucro

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21. Novas normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017--Continuação

CPC 32 - Tributos sobre o lucro--Continuação

A entidade deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Na adoção inicial destas alterações, a entidade deve aplicá-las às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a prática atual do Grupo está alinhada a essas alterações, não se espera nenhum impacto sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos

As alterações esclarecem que a entidade deve tratar como parte dos empréstimos gerais qualquer empréstimo que tenha sido contraído originalmente para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda forem concluídas.

A entidade deverá aplicar estas alterações aos custos de empréstimos incorridos a partir do início do período anual em que a entidade adotá-las pela primeira vez. A entidade deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Como a prática atual do Grupo está alinhada a estas alterações, não se espera nenhum impacto sobre sua demonstrações financeiras consolidadas.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32)

e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21. Novas normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda--Continuação

- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. O Grupo adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor. Como o Grupo opera em um ambiente tributário complexo, a aplicação da Interpretação poderá afetar suas demonstrações financeiras consolidadas. Além disso, é possível que o Grupo necessite estabelecer processos e procedimentos para obter as informações necessárias para a aplicação da Interpretação em tempo hábil.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

- Consolidação de entidades: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma coligada (vide nota explicativa nº 2.2); e
- Determinação da época de satisfação da obrigação de performance dos serviços indiretos de água e esgoto: quando o serviço é solicitado, uma ordem de serviço é aberta para atendimento e monitoramento. Após a prestação do serviço, a ordem é finalizada e a receita reconhecida.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

b) Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para os próximos cinco anos. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa nº 9 (c).

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

b) Estimativas e premissas--Continuação

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato

O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pelo Grupo. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato do Grupo estão divulgadas na nota explicativa 18 (c) (ii).

Transações com pagamentos baseados em ações

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações liquidadas financeiramente, requer a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação e que o passivo seja remensurado no fim de cada período de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventuais variações no valor justo.

Tributos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O Grupo apresenta prejuízos fiscais a compensar. Estes prejuízos se referem a Companhia e a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Companhia e estas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido. Vide nota explicativa nº 19 (a).

Notas Explicativas**Iguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação**b) Estimativas e premissas--Continuação***Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As informações sobre provisões de contingências do Grupo estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa	1	1	46	13
Saldos bancários	871	-	9.405	8.385
Aplicações financeiras	-	-	114.797	19.432
Total	872	1	124.248	27.830

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 18.

A composição das aplicações financeiras consolidada está representada como segue:

Modalidades	Consolidado	
	2018	2017
Certificado de depósito bancário	92.868	4.022
Compromissadas lastreadas em debêntures	-	824
Fundos de investimento	21.929	14.586
Total	114.797	19.432

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de Caixa--Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI dos certificados de depósito bancário e fundos de investimento foi de 4,98 e 6,20% respectivamente. Em 31 de dezembro de 2017 a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI dos certificados de depósito bancário, compromissadas lastreadas em debêntures e fundos de investimento foi de 7,55%, 9,41% e 9,78% respectivamente. Possuem vencimento de 1 a 7 anos, com liquidez diária, previsibilidade de resgate imediato, sem perda de valor e resgatáveis junto ao emissor.

5. Outros investimentos

	Consolidado	
	2018	2017
Fundos de investimento	76	30.614
Certificados de depósito bancário	157.915	11.269
Compromissadas lastreadas em debêntures	-	64.018
Total	157.991	105.901

Outros investimentos são classificados como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2018, a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI dos fundos de investimento e certificados de depósito bancário foi de 5,09% e 4,90% (9,53% e 8,63% em 31 de dezembro de 2017) respectivamente. Em 31 de dezembro de 2017 a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI das compromissadas lastreadas em debêntures foi de 9,47%. Possuem vencimento de 1 a 7 anos, com liquidez diária, previsibilidade de resgate imediato, sem perda de valor e resgatáveis junto ao emissor.

Esses recursos são utilizados em investimentos necessários para a melhoria ou manutenção das redes de água e esgoto e demais investimentos previstos nos contratos de concessão.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a outros investimentos estão incluídas na nota explicativa nº 18.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

6. Depósitos bancários vinculados

	Consolidado	
	2018	2017
Fundos de investimento	21.621	9.642
Certificados de depósito bancário	7.275	-
Circulante	19.915	-
Não circulante	8.980	9.642
Total	28.895	9.642

A rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI dos fundos de investimento e dos certificados de depósitos bancários é de 6,29% e 6,28% respectivamente em 31 de dezembro de 2018 (9,61% em 31 de dezembro de 2017 para os fundos de investimentos).

Depósitos bancários vinculados em 31 de dezembro de 2017, referem-se a montantes mantidos em conta reserva equivalentes a três parcelas vincendas de contratos de financiamentos, para atendimento de cláusula contratual do financiamento BNDES da controlada SPAT Saneamento S.A.

Em 10 de janeiro de 2018, a controlada firmou fiança junto ao Banco Santander (BRASIL) S.A. para garantia das parcelas vincendas do contrato de financiamento BNDES no montante de R\$9.400, prestada em caráter irrevogável e irretratável até 11 de janeiro de 2021, sendo em 24 de janeiro de 2018, por meio da carta AST/DESAM nº 016/2018, autorizada a liberação dos recursos retidos na conta reserva BNDES no total de R\$9.642.

Depósitos bancários vinculados em 31 de dezembro de 2018 referem-se principalmente a montantes retidos na controlada (a) Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto relativos a (i) constituição de conta reserva debêntures de recursos equivalentes a 50% do valor do serviço da dívida debêntures; (ii) constituição de conta reserva BNDES com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortização e juros vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes; (iii) constituição de conta pagamento debêntures no montante equivalente a 1/6 do valor do serviço da dívida debêntures; e (iv) constituição de conta pagamento BNDES no montante equivalente a 1/12 do valor do valor da parcela vincenda; e na controlada (b) Agreste Saneamento S.A. relativo a constituição de conta reserva do financiamento mantido junto a Caixa Econômica Federal do montante equivalente às três parcelas mensais vincendas.

Tais recursos retidos, quando desbloqueados ou se substituídos por outras garantias, são destinados aos investimentos necessários para a melhoria ou manutenção das redes de água e esgoto e demais investimentos previstos nos contratos de concessão.

As informações sobre a exposição do Grupo aos riscos de crédito, de mercado e de mensuração do valor justo relacionados a depósitos bancários vinculados estão incluídas na nota explicativa nº 18.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

7. Contas a receber e outros recebíveis

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Contas a receber de saneamento e serviços		-	-	88.181	86.017
Direitos a faturar		-	-	14.095	14.558
Ativo financeiro		-	-	808.274	785.786
(-) Provisão para perda do valor recuperável		-	-	(89.021)	(78.525)
		-	-	821.529	807.836
Partes relacionadas - operações mensais	25	35.982	49.452	4.075	4.026
Partes relacionadas - conta corrente	25	306.177	66.044	3.956	2.813
Partes relacionadas - empréstimo a receber	25	51.979	65.359	4.051	26.094
Adiantamentos		201	279	17.852	3.390
Outros		-	-	2.670	1.765
		394.339	181.134	32.604	38.088
Circulante		16.473	53.664	225.964	195.413
Não circulante		377.866	127.470	628.169	650.511
Total		394.339	181.134	854.133	845.924

A exposição do Grupo a riscos de crédito, risco de mercado e uma análise de sensibilidade relacionados a contas a receber e outros recebíveis é divulgada na nota explicativa nº 18.

8. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	178	177	12.703	16.333
Programa de Integração Social (PIS)	35	38	2.755	4.543
Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	637	416	5.572	3.473
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido na fonte	36	-	80	8
Saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	425	277	1.174	895
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras	-	-	756	792
PIS / COFINS / CSLL retidos na fonte	-	-	7.006	7.049
Outros	-	-	537	437
Circulante	1.311	908	19.878	19.956
Não circulante	-	-	10.705	13.574
Total	1.311	908	30.583	33.530

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

9. Investimentos

A Companhia registrou um ganho de R\$ 54.454 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (ganho de R\$ 71.566 em 31 de dezembro de 2017) de equivalência patrimonial de suas controladas e controladas em conjunto.

O Grupo registrou uma perda de R\$ 788 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (ganho de R\$ 14.347 em 31 de dezembro de 2017) de equivalência patrimonial de seus empreendimentos controlados em conjunto.

Nenhuma das controladas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Os quadros abaixo apresentam um sumário das informações financeiras de investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto.

a) Composição dos investimentos - Consolidado

<i>Empreendimentos controlados em conjunto</i>	Consolidado	
	2018	2017
Águas de Andradina S.A.	17.087	12.842
Tubarão Saneamento S.A.	22.834	8.616
Águas de Castilho S.A.	4.147	3.263
Total	44.068	24.721

b) Composição dos investimentos - Controladora

	Controladora	
	2018	2017
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	13.559	9.707
Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A.	1.876	1.689
Guaratinguetá Saneamento S.A.	10.139	7.639
Águas Piquete S.A.	1.572	1.477
SPAT Saneamento S.A.	99.140	103.752
Paranaguá Saneamento S.A.	13.468	15.306
Iguá MT Participações Ltda.	25.314	20.636
Iguá MT Participações Ltda. – Recomposição de ágio (*)	6.364	6.364
CAC Participações Ltda.	1	1
Águas Canarana Ltda.	496	362
Águas Canarana Ltda. - Investimento por ágio (*)	601	601
Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	63.759	7.154
Águas de Andradina S.A.	17.087	12.842
Águas de Castilho S.A.	4.147	3.263
Tubarão Saneamento S.A.	22.834	8.616
Tubarão Saneamento S.A. - Investimento por ágio (*)	181	181
Agreste Saneamento S.A.	103.175	84.407
Atibaia Saneamento S.A.	3.049	-
Total	386.762	283.997

(*) O ágio refere-se, basicamente, à aquisição de investimentos (direito de exploração de concessões).

Notas Explicativas**Iguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

9. Investimentos--Continuaçãoc) Provisão para perdas em investimentos

	Controladora	
	2018	2017
Atibaia Saneamento S.A.	-	1.917
Iguá Serviços de Engenharia em Saneamento Ltda.	6.181	7.851
PCT Participações Ltda.	24.740	-
Iguá Projetos Ltda.	11.772	13.613
Itapoá Saneamento Ltda.	6.539	428
Total	49.232	23.809

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

9. Investimentos--Continuação

d) Dados sobre as participações

31 de dezembro de 2018	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Despesas	Lucro ou Equivalência (prejuízo)	patrimonial
Controladas												
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	90,00%	16.633	42.961	59.594	23.859	20.471	44.330	15.065	35.086	(31.246)	3.840	3.456
Empresa de Saneamento de Palestina - ESP S.A.	50,00%	2.308	7.163	9.471	4.662	1.058	5.720	3.751	5.063	(4.478)	565	283
Guaratinguetá Saneamento S.A.	100,00%	11.171	33.557	44.728	23.463	11.106	34.569	10.139	12.929	(9.430)	3.399	3.399
SPAT Saneamento S.A.	95,00%	102.491	245.492	347.983	44.127	199.498	243.625	104.398	80.747	(65.264)	15.483	14.709
Paranaíba Saneamento S.A.	100,00%	14.077	238.818	252.895	73.347	167.080	240.427	13.468	106.444	(107.700)	(1.256)	(1.256)
CAB MT Participações Ltda. (consolidado)	80,00%	19.150	61.031	80.181	24.928	23.610	48.538	31.643	35.015	(23.214)	5.801	4.641
CAC Participações Ltda.	99,80%	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
PCT Participações Ltda. (*)	100,00%	-	23.187	23.187	-	47.927	47.927	(24.740)	212	(982)	(770)	(770)
Águas Piquete S.A.	100,00%	605	4.212	4.817	3.220	25	3.245	1.572	2.730	(2.650)	80	80
Águas Camarãna Ltda.	80,00%	2.254	7.564	9.818	9.198	-	9.198	620	5.042	(4.876)	166	133
Iguá Projetos Ltda.	100,00%	17.689	156	18.025	24.869	4.928	29.797	(11.772)	217	1.625	1.842	1.842
Águas Quilab S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (*)	81,79%	88.519	584.404	670.923	108.609	484.359	592.968	77.955	348.076	(350.281)	(2.205)	(1.803)
Iguá Serviços de Engenharia em Saneamento Ltda.	100,00%	216.555	8.141	224.696	224.220	6.657	230.877	(6.181)	286	1.385	1.671	1.671
Agreste Saneamento S.A.	100,00%	47.101	337.440	384.541	44.845	235.521	280.366	103.175	82.699	(58.818)	23.881	23.881
Albain Saneamento S.A.	100,00%	28.724	21.737	50.461	43.349	4.063	47.412	3.049	31.866	(26.900)	4.966	4.966
		585.238	1.616.863	2.182.121	652.715	1.207.303	1.860.018	322.103	746.312	(686.829)	57.483	55.242
Controladas em conjunto												
Águas de Andradina S.A.	70,00%	6.101	44.159	50.260	10.592	15.298	25.890	24.410	28.395	(25.769)	2.626	1.838
Águas de Casilho S.A.	70,00%	1.792	9.906	11.698	2.008	3.768	5.774	5.924	8.092	(6.912)	1.180	826
Tubarão Saneamento S.A.	50,00%	7.729	68.181	75.910	28.069	2.173	30.242	45.668	72.542	(67.271)	5.271	2.636
Itapocá Saneamento Ltda.	50,00%	4.121	17.401	21.522	21.874	12.736	34.610	(13.078)	13.656	(25.831)	(12.175)	(6.088)
		19.743	138.647	158.390	62.541	33.925	96.466	62.924	122.685	(125.783)	(3.089)	(3.769)
Total		585.001	1.755.510	2.341.511	715.256	1.241.228	1.956.484	385.027	868.997	(814.612)	54.395	54.454

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

9. Investimentos--Continuação

d) Dados sobre as participações--Continuação

- (*) Conforme ata de assembléia geral de 20 de dezembro de 2018, foram integralizados ao capital social da controlada o montante anteriormente subscrito de R\$ 70.001, sendo R\$ 46.071 integralizados pela Companhia e R\$ 23.930 integralizados pela PCT Participações Ltda. Também foram emitidas 17.166.398 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal ao preço de emissão total de R\$ 17.166, subscritas e integralizadas pela Companhia, mediante renúncia da acionista PCT Participações Ltda. quanto ao exercício de preferência na subscrição das mencionadas ações. Consequentemente, as participações societárias foram diluídas e a Companhia passa a deter 81,79% do capital social da controlada.
- (**) Em 27 de fevereiro de 2018, a Companhia adquiriu as quotas emitidas pela sociedade PCT Participações Ltda., acionista minoritária que detinha 20% de participação das controladas Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Águas Canarana Ltda. e Iguá MT Participações Ltda. Consequentemente, a Companhia passa a deter 100% de participação nas referidas controladas. Por esta aquisição, o preço estabelecido no contrato foi de R\$40.000, dos quais R\$5.000 foram pagos no ato da transferência das quotas, R\$5.100 está sendo pago em 34 parcelas mensais de R\$150 e o montante de R\$29.900 será pago até 31 de dezembro de 2020, ambos a serem atualizados em 110% do CDI. Conforme CPC 36, mudanças na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultem na perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários) nas demonstrações consolidadas. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação da controladora e o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas participações relativas das partes na controlada. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tiver sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

9. Investimentos--Continuação

d) Dados sobre as participações--Continuação

31 de dezembro de 2017	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Despesas	Lucro ou Equivalência patrimonial
Controladas											
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	90,00%	5.150	34.302	39.452	12.352	16.315	28.667	10.765	26.032	(22.068)	3.966
Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A.	50,00%	2.250	6.333	8.583	-	4.119	5.205	3.278	6.324	(8.237)	(1.913)
Guardinguet Saneamento S.A.	100,00%	6.258	28.574	35.832	18.506	9.887	28.393	7.539	11.144	(6.687)	4.457
SPAT Saneamento S.A.	95,00%	90.454	298.848	390.302	55.312	225.777	281.089	109.213	86.829	(72.786)	14.043
Paranaíba Saneamento S.A.	100,00%	15.036	196.261	211.297	21.465	174.506	195.991	15.306	69.932	(71.032)	(1.100)
Iguá MTR Participações Ltda. (consolidado)	80,00%	12.269	53.672	65.941	18.459	21.687	40.146	25.795	34.166	(28.918)	5.278
CAC Participações Ltda.	99,80%	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-
Aguas Piquet S.A.	100,00%	486	3.871	4.357	2.880	-	2.880	1.477	2.405	(1.572)	833
Aguas Cataratas Ltda.	80,00%	986	8.328	9.294	1.506	7.335	8.841	463	4.807	(4.890)	(283)
Iguá Projetos Ltda.	100,00%	63.607	205	63.812	72.280	5.145	77.425	(13.613)	217	(2.572)	(2.355)
Aguas Olinda S/A- Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	80,00%	93.516	456.386	549.902	52.611	900.761	553.372	(3.470)	222.449	(221.612)	837
Iguá Serviços de Engenharia em Saneamento Ltda.	100,00%	858	433	1.291	2.199	6.943	9.142	(7.851)	297	(1.132)	(835)
Agriste Saneamento S.A.	100,00%	48.460	315.034	363.494	52.824	226.263	279.087	84.407	95.879	(62.329)	33.550
Albaida Saneamento S.A.	100,00%	22.073	8.747	30.820	2.671	30.066	32.737	(1.917)	15.455	(14.291)	1.164
		361.934	1.412.934	1.774.868	314.181	1.228.604	1.542.785	231.633	575.788	(518.094)	57.672
Controladas em conjunto											
Aguas de Antradia S.A.	70,00%	7.029	35.605	42.634	4.944	19.344	24.288	18.346	23.647	(19.176)	4.471
Aguas de Castilho S.A.	70,00%	3.597	7.609	11.206	1.989	4.545	6.544	4.662	6.111	(5.178)	933
Tubarão Saneamento S.A.	50,00%	9.826	21.924	31.750	12.437	2.082	14.519	17.231	30.277	(25.383)	4.894
Ilapô Saneamento Ltda.	50,00%	3.712	26.942	30.654	12.607	18.903	31.510	(856)	16.355	(121)	16.234
		24.164	92.080	116.244	31.987	44.874	76.861	39.383	76.390	(49.698)	26.532
Total		385.558	1.505.074	1.890.632	346.168	1.273.478	1.619.646	270.866	652.156	(567.925)	84.204

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

10. Intangível

a) Valor contábil

Consolidado	Concessão (i)	Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (ii)	Outorga da concessão (iii)	Software	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2017	47.850	621.824	146.556	7.786	824.016
Adições	-	67.478	-	2.940	70.418
Saldo em 31 de dezembro de 2017	47.850	689.302	146.556	10.726	894.434
Adições	-	223.064	-	1.588	224.652
Baixas	-	(1.396)	-	-	(1.396)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	47.850	910.970	146.556	12.314	1.117.690
Amortização e provisão para perdas por redução ao valor recuperável					
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(8.279)	(170.316)	(20.251)	(4.854)	(203.700)
Adições	(1.091)	(37.860)	(4.970)	(1.394)	(45.315)
Baixas	-	-	335	-	335
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	-	(3.847)	-	-	(3.847)
Reversão de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	-	35.303	-	-	35.303
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(9.370)	(176.720)	(24.886)	(6.248)	(217.224)
Adições	(1.096)	(41.185)	(4.911)	(1.460)	(48.652)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(10.466)	(217.905)	(29.797)	(7.708)	(265.876)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2017	38.480	512.582	121.670	4.478	677.210
Em 31 de dezembro de 2018	37.384	693.065	116.759	4.606	851.814

Notas Explicativas**Iguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuaçãoa) Valor contábil--Continuação

(i) Concessão

Direito de exploração de contrato de concessão adquirido de terceiro.

Os laudos de avaliação das empresas adquiridas foram desenvolvidos considerando as metodologias específicas de avaliação estabelecidas pela empresa especializada independente e premissas definidas e fornecidas pelo Grupo, considerando projeções de receitas, despesas, sendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração da concessão conforme apresentado a seguir:

				Controladas diretas e indiretas	
		Prazo final da concessão	Prazo remanescente - anos	Saldo em 2018	Saldo em 2017
Intangível concessão					
Paranaguá Saneamento S.A.	(a)	2045	27	39.549	39.549
Águas Colíder Ltda.	(b)	2032	14	1.549	1.549
Águas Pontes e Lacerda Ltda.	(c)	2031	13	2.442	2.442
Águas Alta Floresta Ltda.	(d)	2032	14	2.373	2.373
Águas Canarana Ltda.	(e)	2040	22	601	601
Águas Comodoro Ltda.	(f)	2037	19	1.155	1.155
Tubarão Saneamento S.A.		2042	24	181	181
Total				47.850	47.850

A seguir detalhamos os principais valores de intangível e concessão registrados nas demonstrações financeiras do Grupo de acordo com o IAS 38 (CPC 4 R1) Ativos Intangíveis.

- (a) Em maio de 2008, a CAB Paranaguá S.A. adquiriu 100% das ações representativas do capital da Companhia Águaspar S.A., na qual possuía a quase totalidade das ações da Paranaguá Saneamento S.A., com exceção de 4 (quatro) ações preferenciais pertencentes aos membros do Conselho de Administração da Paranaguá Saneamento S.A., pelo valor de R\$59.133, tendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração da concessão no valor de R\$39.549 conforme estudo efetuado por empresa especializada.

Por meio de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da CAB Paranaguá S.A. pela Águaspar S.A. e, posteriormente, a incorporação da Águaspar S.A. pela Paranaguá Saneamento S.A., e a mais valia (concessão), gerada na aquisição desse investimento, foi classificada no ativo intangível. A Companhia está amortizando este intangível linearmente pelo prazo da concessão.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

a) Valor contábil--Continuação

- (b) Durante o exercício de 2009, a CACOL Participações Ltda. adquiriu 80% das ações do capital da empresa Águas Colíder Ltda., pelo valor de R\$5.755, tendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração da concessão no valor de R\$3.198, conforme estudos preparados por empresa especializada, amortizável linearmente pelo prazo da concessão. Para fins fiscais, essa mais valia foi classificada como ágio por expectativa de rentabilidade futura, fundamentada por estudo de empresa especializada.

Por meio de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da CACOL Participações Ltda. pela Águas Colíder Ltda. e para a mais valia (concessão) gerada na aquisição desse investimento foi constituída uma provisão retificadora em contrapartida à reserva especial de ágio no patrimônio líquido da controlada, de forma que o efeito da operação no patrimônio reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Essas alterações afetaram o investimento da Companhia na controlada, sendo necessária a constituição do ágio (direito de exploração da concessão) indedutível para fins fiscais na Controladora de modo a recompô-lo, no valor de R\$1.549.

- (c) Durante o exercício de 2009, a CPL Participações Ltda. adquiriu 80% das ações do capital da empresa Águas Pontes e Lacerda Ltda., pelo valor de R\$7.706, tendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração da concessão no valor de R\$5.702, conforme estudo prestado por empresa especializada, amortizável linearmente pelo prazo da concessão. Para fins fiscais, essa mais valia foi classificada como ágio por expectativa de rentabilidade futura, fundamentada por estudo de empresa especializada.

Por meio de Ata da Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a incorporação da CPL Participações Ltda., pela Águas Pontes e Lacerda Ltda. e para a mais valia (concessão) gerada na aquisição desse investimento foi constituída uma provisão retificadora em contrapartida à reserva especial de ágio no patrimônio líquido da controlada, de forma que o efeito da operação no patrimônio reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Essas alterações afetaram o investimento da Companhia na controlada, sendo necessária a constituição do ágio (direito de exploração de concessão) indedutível para fins fiscais na Controladora de modo a recompô-lo, no valor de R\$2.442.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

a) Valor contábil--Continuação

- (d) Durante o exercício de 2009, a CALF Participações Ltda. adquiriu 80% das ações do capital da empresa Águas Alta Floresta Ltda., pelo valor de R\$8.205, tendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração de concessão no valor de R\$4.919 conforme estudo preparado por empresa especializada, amortizável linearmente pelo prazo da concessão. Para fins fiscais, essa mais valia foi classificada como ágio por expectativa de rentabilidade futura, fundamentado por estudo de empresa especializada.

Por meio de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da CALF Participações Ltda. pela Águas Alta Floresta Ltda. e para a mais valia (concessão) gerada na aquisição desse investimento foi constituída uma provisão retificadora em contrapartida à reserva especial de ágio do patrimônio líquido da controlada, de forma que o efeito da operação no patrimônio reflita o benefício fiscal do ágio incorporado. Essas alterações afetaram o investimento da Companhia na controlada, sendo necessária a constituição do ágio (direito de exploração de concessão) indedutível para fins fiscais na controladora de modo a recompô-lo, no valor de R\$2.373.

- (e) Durante o exercício de 2010, a Iguá Saneamento S.A. adquiriu 100% das ações do capital da empresa Águas Canarana Ltda., pelo valor de R\$876, tendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração da concessão no valor de R\$601 conforme estudo preparado por empresa especializada e com amortização linear até o final da concessão.
- (f) Durante o exercício de 2010, a Iguá Saneamento S.A. adquiriu 80% das ações do capital da empresa Águas Comodoro Ltda., pelo valor de R\$2.000, tendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração da concessão no valor de R\$1.155 conforme estudo preparado por empresa especializada e com amortização linear até o final da concessão. Em junho de 2011, através de reestruturação societária, a Iguá Saneamento S.A. integralizou o investimento e transferiu a mais valia e o passivo referentes à operação de aquisição da empresa Águas Comodoro Ltda. na controlada Iguá MT Participações Ltda.

Notas Explicativas**Iguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuaçãoa) Valor contábil--Continuação

(ii) Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

	Taxa média de amortização %a.a. (*)	2017	2018			
		Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 4 a 7	72.317	658	-	79	73.054
Custo de empréstimos	De 4 a 5	2.216	-	-	-	2.216
Controle tecnológico	De 4 a 5	31.357	9.731	(238)	-	40.850
Máquinas, aparelhos e equipamentos	De 10 a 14	168.377	12.299	(5)	7.092	187.763
Rede de Água	De 4 a 5	219.640	51.600	(62)	39.137	310.315
Rede de Esgoto	De 4 a 6	178.934	43.783	-	12.812	235.529
Obras em andamento	-	14.667	104.993	(1.091)	(59.120)	59.449
Outros	-	1.794	-	-	-	1.794
Total		689.302	223.064	(1.396)	-	910.970

(*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

(iii) Outorga de concessão

Movimentação do custo	Taxa média amortização %a.a. (*)	2018	2017
		Custo	Custo
Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	3,43	146.256	146.256
Águas Colíder Ltda.	3,43	300	300
Total		146.556	146.556

(*) Refere-se a outorga fixa paga em decorrência de contrato de concessão, que está sendo amortizada linearmente pelo prazo de concessão.

b) Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

c) Teste por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo realizou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis em virtude da aprovação do Plano de Negócio 19-23 em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro de 2018, sendo mantida a provisão anteriormente reconhecida na controlada Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A. no montante de R\$ 1.242.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

c) Teste por redução ao valor recuperável--Continuação

O valor recuperável das UGCs foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa WAAC calculada com base em premissas de mercados comparáveis.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- **Receitas** - as receitas foram projetadas entre 2019 e o término do período de concessão, considerando os ajustes tarifários ordinário e extraordinário, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto, crescimento vegetativo previstos no plano de negócio das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da companhia.
- **Taxa de desconto** - representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por taxas de desconto nominais de 12,90%.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macro econômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

As unidades geradoras de caixa que são consolidadas nas demonstrações financeiras não apresentaram necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado de cada unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

A controlada em conjunto Itapoá Saneamento Ltda., não consolidada nessas demonstrações financeiras, reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável de R\$ 17.028, reflexo dos investimentos previstos em obras de esgotamento sanitário financiados por capital de terceiro.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

11. Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fornecedores diversos		11.136	3.513	66.793	33.976
Partes relacionadas - operações mensais	25	1.219	1.197	3.657	6.854
Adiantamentos		-	-	1.249	976
Contas a pagar diversas (*)		37.167	914	40.712	3.910
Circulante		14.642	4.710	78.314	45.711
Não circulante		34.880	914	34.097	5
Total		49.522	5.624	112.411	45.716

(*) Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a pagar pela aquisição da PCT Participações Ltda. é de R\$ 36.077

A exposição do Grupo a riscos de mensuração do valor justo, de crédito e de mercado relacionados a contas a receber e outros recebíveis é divulgada na nota explicativa nº 18.

12. Empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo a riscos de taxas de juros, liquidez e uma análise de sensibilidade decorrentes destes empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa nº 18.

Linha de crédito	Nota	Indexador	Juros médios a.a (%)	Vencimento	Controladora		Consolidado	
					2018	2017	2018	2017
BNDES – partes relacionadas	25	TJPL	9,29	2019 a 2032	-	-	456.593	471.039
Capital de Giro		CDI	8,40	2019	-	-	19.938	19.313
Cédula de Crédito		CDI	9,34	2019 a 2021	-	-	95.637	64.975
FCP - SAN		TR	8,70	2019 a 2035	-	-	161.722	172.405
Finame			4,05	2019	-	-	637	1.741
Leasing			10,08	2021	296	241	296	261
Empréstimos - partes relacionadas	25	CDI	7,72		1	1	1.051	971
Conta corrente - partes relacionadas	25				31.212	28.967	357	-
(-) Custo de Transação					-	-	(3.104)	(3.666)
Circulante					31.311	29.208	131.503	43.524
Não circulante					198	1	601.624	683.515
Total					31.509	29.209	733.127	727.039

Notas Explicativas**Iguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

12. Empréstimos--Continuaçãoa) Termos e cronograma de amortização da dívida

Em 31 de outubro de 2018, as controladas Águas Alta Floresta Ltda., Águas Colíder Ltda., Águas Comodoro Ltda., Águas Pontes e Lacerda Ltda. e Saneamento de Mirassol - Sanessol S.A. emitiram cédula de crédito bancária, junto ao Banco BTG Pactual, no montante de R\$ 12.000, R\$ 8.000, R\$ 3.000, R\$ 9.000 e R\$ 20.000, respectivamente, com juros remuneratórios equivalentes ao CDI acrescido de *spread* de 4,45% ao ano, com vencimento final em 3 anos a contar da data de desembolso, amortizáveis mensalmente após período de carência de 6 meses. O montante captado foi utilizado inicialmente para liquidação dos empréstimos mantidos junto ao Banco Caixa Geral - Brasil S.A., Caixa Econômica Federal e Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. vencidos entre 2019 e 2022.

Os empréstimos e financiamentos consolidados possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 200 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	734.823	131.661	83.889	82.842	66.960	69.848	299.623
Empréstimos - partes relacionadas	1.408	357	1.051	-	-	-	-
Total	736.231	132.018	84.940	82.842	66.960	69.848	299.623

31 de dezembro de 2017	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 212 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	729.734	43.823	138.394	74.857	65.561	64.292	342.807
Empréstimos - partes relacionadas	971	-	971	-	-	-	-
Total	730.705	43.823	139.365	74.857	65.561	64.292	342.807

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Notas Explicativas**Iguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

12. Empréstimos--Continuação**a) Termos e cronograma de amortização da dívida--Continuação***Fornecimento de garantias, avais ou fianças*

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2017, a Companhia forneceu a suas controladas e controladas em conjunto as seguintes garantias, avais ou fianças:

Tipo de garantia	Linha de crédito	A favor de	Consolidado	
			2018	2017
Avalista do banco fiador	BNDES	Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	273.531	259.683
Avalista do banco fiador	BNDES	Águas de Andradina S.A.	20.275	16.720
Avalista do banco fiador	BNDES	Águas de Castilho S.A.	4.091	4.602
Avalista do banco fiador	BNDES	Guaratinguetá Saneamento S.A.	6.417	7.156
Avalista do banco fiador	BNDES	Paranaguá Saneamento S.A.	13.398	16.023
Avalista do banco fiador	BNDES	Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	8.281	11.266
Avalista do banco fiador	BNDES	SPAT Saneamento S.A.	25.000	25.000
Co-devedora	Capital de Giro	Paranaguá Saneamento S.A.	19.938	19.313
Avalista	Cédula de Crédito	Águas Alta Floresta Ltda.	12.000	6.530
Avalista	Cédula de Crédito	Águas Canarana Ltda.	8.045	7.292
Avalista	Cédula de Crédito	Águas Colíder Ltda.	8.000	4.966
Avalista	Cédula de Crédito	Águas Comodoro Ltda.	3.000	2.119
Avalista	Cédula de Crédito	Águas Pontes e Lacerda Ltda.	9.000	4.190
Avalista	Cédula de Crédito	Atibaia Saneamento S.A.	32.029	28.810
Avalista	Cédula de Crédito	Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A.	3.521	3.167
Avalista	Cédula de Crédito	Itapoá Saneamento Ltda.	8.523	7.667
Avalista	Cédula de Crédito	Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	20.042	7.901
Avalista	Cédula de Crédito	Tubarão Saneamento S.A.	7.565	6.840
Avalista	FCP - SAN	Agreste Saneamento S.A.	161.722	167.299
Avalista	FCP - SAN	Águas Alta Floresta Ltda.	-	2.406
Avalista	FCP - SAN	Águas Colíder Ltda.	-	1.426
Avalista	FCP - SAN	Águas Pontes e Lacerda Ltda.	-	1.274
Avalista	Finame	Agreste Saneamento S.A.	22	59
Avalista	Finame	Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	601	1.346
Total			645.001	613.055

Cronograma de amortização do custo de transação

A seguir é apresentado o montante de custos de transação dos financiamentos BNDES, a ser apropriado ao resultado em cada exercício subsequente:

31 de dezembro de 2018	Valor contábil	12 meses	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 165
			meses	meses	meses	meses	meses
Financiamentos	3.104	515	464	413	354	286	1.072

31 de dezembro de 2017	Valor contábil	12 meses	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60	61 a 177
			meses	meses	meses	meses	meses
Financiamentos	3.666	299	424	382	341	293	1.927

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

12. Empréstimos--Continuação

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Passivos		Patrimônio líquido				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Capital social	Debêntures obrigatoriamente convertíveis em ações	Custo de transação	Reserva de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria	Agio em transações de capital
Saldo em 1º de dezembro de 2017	727.039	385.819	539.070	42.071	(7.590)	-	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento							
Captação	54.022	70.000	-	-	-	-	-
Pagamentos de principal	(62.473)	(13.029)	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	250.000	-	-	371	-
Custo de transação na emissão de ações	-	-	-	-	(17.777)	-	-
Agio na aquisição de acionista minoritário	-	-	-	-	-	-	(62.252)
Aquisição de acionista minoritário a pagar	-	-	-	-	-	-	33.500
Realização de agio na aquisição de acionista minoritário	-	-	-	-	-	-	(3.000)
Efeito da aquisição de acionista minoritário na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	5.521
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(8.451)	56.971	250.000	-	(17.777)	371	(26.251)
Outras variações							
Provisão de juros	70.441	40.560	-	-	-	-	-
Pagamento de juros	(65.902)	(16.352)	-	-	-	-	-
Ajuste a valor presente de remuneração garantida	-	(2.933)	-	2.933	-	-	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	6.044	-	-
Efeitos da aquisição de acionista minoritário	-	-	-	-	-	-	(39.021)
Total de outras variações	14.539	21.685	-	2.933	6.044	-	(39.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	733.127	464.355	789.070	45.004	(19.323)	371	(65.252)
							1.947.252

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

12. Empréstimos--Continuação

c) Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e suas subsidiárias e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

13. Debêntures

Linha de crédito	Indexador	Juros médios a.a. (%)	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2018	2017	2018	2017
Debêntures	CDI	9,62	2019 a 2025	56.997	-	460.096	378.527
Debêntures conversíveis em ações (*)			2022	4.159	7.092	4.159	7.092
Circulante				5.959	-	34.060	-
Não circulante				55.197	7.092	430.195	385.619
Total				61.156	7.092	464.255	385.619

(*) Os debenturistas receberão obrigatoriamente uma remuneração em proporção equivalente a sua participação. Consequentemente, a remuneração garantida foi classificada e mensurada como um passivo financeiro.

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), realizada em 27 de março de 2018, aprovou a realização da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Companhia, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, no valor de R\$70.000, com prazo de vencimento de 69 meses, a contar da data de emissão, com juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 4,80% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis, a serem pagos mensalmente a partir da data de emissão até a data de vencimento, integralizadas em 12 de abril de 2018.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia em decorrência da Emissão serão utilizados para: (i) aporte de capital na controlada Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto e na controlada Paranaguá Saneamento S.A., para cumprimento do cronograma de investimentos e emergências; e (ii) reforço de capital de giro da Companhia.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

13. Debêntures--Continuação

Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento de todas as obrigações, principais, acessórias, presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas, a Companhia cederá e transferirá fiduciariamente aos Debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta da conta corrente de movimentação restrita, aberta ou a ser aberta junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., na qual serão depositados todos os recursos distribuídos em favor da Companhia pela controlada SPAT Saneamento S.A., incluindo, mas não se limitando a, mútuos, antecipação de dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital ou quaisquer outros proventos decorrentes da participação acionária que obriga a controlada a transferir para tal conta mensalmente, todos os recursos disponíveis em suas contas correntes excedentes ao saldo mínimo de R\$5.000, excluindo eventuais valores pagos à Companhia a título de *management fee* e a título de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns. Os valores retidos deverão permanecer retidos para amortização e pagamento de juros das debêntures. O inadimplemento pela Companhia ou pela SPAT de qualquer obrigação relativa à cessão fiduciária não sanado no prazo de cura estipulado na Escritura, acarretará na convocação de Assembléia Geral de Debenturistas, para decisão de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures.

As garantias das debêntures emitidas pela controlada Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto no montante de R\$246.202 em 31 de dezembro de 2018, consistem no penhor de ações e de qualquer forma de remuneração paga aos acionistas e a cessão fiduciária de direitos emergentes do contrato de concessão pública.

As garantias das debêntures emitidas pela controlada Paranaguá Saneamento S.A. no montante de R\$156.898 em 31 de dezembro de 2018, consistem (i) em garantia fidejussória em favor dos titulares das debêntures, por meio de carta de fiança firmada pela Companhia na condição de fiadora, tornando-se devedora solidária e principal pagadora da totalidade dos valores devidos até a final quitação das debêntures; (ii) totalidade das ações da controlada pertencentes a Companhia, bem como todas as novas ações que sejam subscritas e integralizadas; e (iii) totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros de titularidade da controlada, emergentes do contrato de concessão.

Os índices financeiros relativos ao cumprimento de cláusula contratual restritiva são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e suas subsidiárias e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

13. Debêntures--Continuação

As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2018	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 81 meses
Debêntures	460.096	34.060	32.510	49.714	64.100	65.643	214.069
Debêntures conversíveis em ações	4.159	-	-	-	4.159	-	-
Total	464.255	34.060	32.510	49.714	68.259	65.643	214.069

31 de dezembro de 2017	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 93 meses
Debêntures	378.527	-	21.418	34.432	47.446	47.446	227.785
Debêntures conversíveis em ações	7.092	-	-	-	-	7.092	-
Total	385.619	-	21.418	34.432	47.446	54.538	227.785

A exposição do Grupo a riscos de mercado, liquidez e uma análise de sensibilidade decorrentes dessas debêntures, veja nota explicativa nº 18.

14. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
PIS/COFINS com recolhimento diferido	-	-	67.781	67.016
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	114	194	11.963	9.081
Programa de Integração Social (PIS)	25	41	2.583	1.965
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salário	303	265	729	731
ISS / PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	468	59	1.558	563
Imposto sobre serviço (ISS) a recolher	549	619	637	685
Outros (*)	1	2	5.844	261
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre terceiro	40	22	173	93
Circulante	1.500	1.202	24.588	17.775
Não circulante	-	-	66.680	62.620
Total	1.500	1.202	91.268	80.395

(*) De 15 de outubro de 2018 a 14 de novembro de 2018, a controlada Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, firmou termos de conciliação, confissão e parcelamento de débitos junto ao município de Cuiabá relativos ao alvará de localização e funcionamento dos anos de 2013 a 2017, a qual questionava judicialmente a base de cálculo da referida taxa, cobrada originalmente sobre a área total do estabelecimento e não sobre a área construída. Consequentemente, a controlada desistiu do processo judicial e aderiu ao REFIS municipal. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a pagar é de R\$ 4.688.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

15. Provisão para contingências

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos do Grupo. O Grupo considera existir riscos efetivos classificados como prováveis e, desta forma, reconheceu uma provisão no valor de R\$6.757 em 31 de dezembro de 2018 (R\$8.365 em 31 de dezembro de 2017).

Consolidado	Cíveis, trabalhistas e ambientais	
	2018	2017
Saldo em 1º janeiro	8.365	4.945
Adições	5.479	4.113
Reversões	(7.087)	(693)
Saldo final	6.757	8.365

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível, trabalhista e ambiental, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, somaram no Grupo o montante de R\$83.432 em 31 de dezembro de 2018 (R\$63.499 em 31 de dezembro de 2017) e na controladora R\$25.991 em 31 de dezembro de 2018, (R\$9.483 em 31 de dezembro de 2017). Nenhuma provisão foi constituída para tais contingências tendo em vista que as práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras não requerem sua contabilização.

Abaixo descrevemos os processos relevantes avaliados como sendo de risco possível:

- Na controlada Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, existe um processo tributário estimado em R\$ 12.080. Trata-se de um auto de infração com o fito de confirmar indícios de insuficiência de declaração/recolhimento da COFINS e do PIS, devido a constatação de divergências entre os valores a recolher informados na escrituração fiscal digital - EFD e os declarados em DCTF. Em resposta ao auto de infração, confirmou-se a existência de erros no preenchimento das obrigações acessórias que não consideravam os créditos de PIS e COFINS apropriados sobre as aquisições de ativo imobilizado. Atendendo à solicitação da controlada, a Delegacia da RFB converteu o julgamento do processo em diligência, devolvendo os autos à unidade de origem para que a autoridade lançadora/administrativa solicite ao contribuinte a apresentação e comprovação dos créditos do PIS e COFINS sobre as aquisições de ativos imobilizado, ao qual foram comprovadas e aguarda julgamento;

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

15. Provisão para contingências--Continuação

- Na controlada Paranaguá Saneamento S.A. existe um processo estimado em R\$ 10.000. Trata-se de ação civil pública inicialmente ajuizada contra o município de Paranaguá, a agência reguladora municipal (CAGEPAR) e a concessionária dos serviços públicos de saneamento básico, com pedido de condenação à reparação civil por supostos danos ambientais e pagamento de dano moral coletivo. Os autores iniciais abandonaram extraoficialmente a causa e a União Federal, o Ministério Público Federal e Estadual assumiram a condução do processo. Houve a produção de laudo pericial ambiental favorável à concessionária, cuja autoria foi impugnada pela União Federal em razão de suspeição do perito judicial, o que motivou a suspensão da ação civil pública. A alegação de suspeição do perito já foi afastada por decisão final, diante da qual não cabe mais recurso. No momento aguarda-se apenas a definição do Juiz Federal competente para que o processo retome seu curso com o encerramento da fase de produção de provas; e
- Na controlada Agreste Saneamento S.A. existe um processo estimado em R\$ 5.000.

Trata-se de ação ordinária ajuizada pela Incorporadora Alamedas, a fim de requerer indenização por desapropriação indireta. O objeto da ação consiste em parte de um terreno cedido para a construção da ETA pelo estado, o qual pertencia à CARHP. Tal autarquia é parte em diversas reclamações trabalhistas e, visando a quitação do passivo, o TRT promoveu um leilão do bem, que foi arrematado pela Incorporadora Alamedas. Em 2016, após receber uma notificação extrajudicial para desocupar o referido terreno, a controlada iniciou as providências para a regularização e apresentou contestação. Após a intimação, a Incorporadora Alamedas poderá apresentar réplica.

16. Capital social e reservas

a) Capital social

Em 31 de outubro de 2018 por meio do fechamento das operações previstas no Acordo de Investimento firmado em 30 de julho de 2018 pela Companhia, Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Iguá"), *RKP BRL Investments I LLC* e *PIP6 Agua LP*, uma afiliada do *Alberta Investment Management Corporation* ("AIMCo"), foi realizado um aumento de capital de R\$400.000, dos quais 34,82% serão aportados pelo FIP Iguá, com recursos de um dos atuais cotistas do FIP Iguá e de outras afiliadas da AIMCo, e os 65,18% restantes serão aportados diretamente por *Mayim Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia* ("FIP Mayim"), fundo de investimento com recursos oriundos de afiliadas da AIMCo e que é, em conjunto com o FIP Iguá, gerido e controlado pela IG4 Capital Investimentos Ltda. ("IG4 Capital").

Notas Explicativas**Iguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

16. Capital social e reservas--Continuaçãoa) Capital social--Continuação

Desta forma, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 789.070 (R\$ 539.070 em 31 de dezembro de 2017), deduzido de custo de transação incorrido conforme CPC 08 R1 (IAS 32) - Custos de Transações no montante líquido de imposto de renda e de contribuição social diferidos de R\$ (19.323) (R\$ (7.590) em 31 de dezembro de 2017). Está representado por 169.739.941 ações ordinárias (129.436.505 em 31 de dezembro de 2017), nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em quantidade de ações	
	2018	2017
Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	122.990.574	108.958.689
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	20.477.816	20.477.816
Mayim Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	26.271.551	-
Total	169.739.941	129.436.505

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 800.000, independentemente de reforma estatutária.

Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações

A Companhia emitiu em 5 de maio de 2017 debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações, em série única, no valor total em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 45.004 líquidos de remuneração garantida (R\$ 42.071 em 31 de dezembro 2017) integralizadas em 21 de julho de 2017 mediante transferência por dação de 20% do saldo devedor das debêntures da controlada Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto cedido pelo Banco Votorantim S.A., apurado na data base de 31 de outubro de 2016.

A partir da data de integralização, cada debênture concede direito à participação nos lucros efetivamente distribuídos, seja por meio de dividendos, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem que venha a ser efetivamente transferida aos acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, sempre de forma a que o debenturista receba a participação nos lucros líquidos a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas debêntures em ações da Companhia.

Na hipótese de conversão de todas as debêntures, o debenturista passará à condição de acionista da Companhia e será detentor de 13.095.882 ações do capital social total e votante.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

16. Capital social e reservas--Continuação

a) Capital social--Continuação

Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações--Continuação

As debêntures terão prazo de vigência de 60 meses contados da data de emissão, com vencimento em 05 de maio de 2022, observado que o debenturista poderá decidir por prorrogar a data de vencimento por mais 60 meses.

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A controlada Agreste Saneamento S.A. possui uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, pelo prazo de 10 anos a contar de 2014, sendo reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (IAS 20) - Subvenções e Assistências Governamentais. Após atendido os requisitos o ganho é reconhecido no resultado e reclassificado entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

17. Gerenciamento do capital

A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida do Grupo para a relação ajustada do capital ao final do período e exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Total do passivo e participação de não controladores	213.223	78.287	1.552.541	1.358.699
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(872)	(1)	(124.248)	(27.830)
(=) Dívida líquida (A)	212.351	78.286	1.428.293	1.330.869
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores (B)	637.663	449.591	637.663	449.591
Índice de alavancagem em 31 de dezembro (A/B)	0,33	0,17	2,24	2,96

18. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	114.797	19.432	9.451	8.398	-	-
Outros investimentos	5	157.991	105.901	-	-	-	-
Depósitos bancários vinculados	6	28.895	9.642	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	7	-	-	854.133	845.924	-	-
Instrumentos financeiros ativos		301.683	134.975	863.584	854.322	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	11	-	-	-	-	112.411	45.716
Empréstimos e financiamentos (*)	12	-	-	-	-	736.231	730.705
Debêntures	13	-	-	-	-	464.255	385.619
Passivos Financeiros		-	-	-	-	1.312.897	1.162.040

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração do valor justo

Para as controladas SPAT Saneamento S.A., Guaratinguetá Saneamento S.A., Agreste Saneamento S.A. e Atibaia Saneamento S.A. foram determinados os valores presentes de contas a receber e outros recebíveis com base nas taxas anuais de desconto descritas na nota explicativa nº 2.5 (e).

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para os demais passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2018.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

O Grupo possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de preço.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

i) *Estrutura do gerenciamento de risco--Continuação*

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

O Grupo tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento. Os principais mitigadores do risco de crédito são os contratos de Parceria Público Privada, cujos recebíveis vêm de clientes de primeira linha, como a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP que anualmente contrata agência de avaliação de crédito e, para 2018, foi emitido Fitch Rating nacional a longo prazo AA (bra). Nos contratos de concessão, as controladas detêm o controle direto dos recebíveis e do fornecimento dos serviços, além disso, existem contratos com previsões de indenização em caso de renúncia do poder concedente, com alto grau de controle sobre os recebíveis.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

ii) *Risco de crédito*--Continuação

Contas a receber e outros recebíveis--Continuação

Na controlada Agreste Saneamento S.A., mediante primeiro termo aditivo ao contrato de concessão, o pagamento da contraprestação plena prevista para iniciar no 25º mês de vigência do contrato de concessão foi postergado para o 32º mês, sendo as diferenças de fluxo de caixa diluídas nas contraprestações futuras. A Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL não vinha realizando a liquidação da contraprestação plena e desta forma, o segundo termo aditivo firmado em 27 de março de 2017, determinou que as questões relativas aos valores a serem recebidos do 25º ao 42º mês do contrato encontram-se suspensas até a conclusão dos procedimentos arbitrais pertinentes a esta oposição de interesses, bem como determinou que a contraprestação pecuniária plena será devida a partir do 60º mês do contrato, com incremento na contraprestação à partir 63º mês do contrato relativo ao capex adicional. Eventuais diferenças de recebimento ocorridas entre o 43º e 59º mês em virtude do reequilíbrio financeiro ocorrido, serão diluídas nas contraprestações futuras a partir do 60º mês. Diante deste cenário a controlada reconheceu uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de seus recebíveis e não reconheceu a receita no montante de R\$12.597 em 31 de dezembro 2016 e no montante de R\$2.771 em 31 de dezembro de 2017 em virtude da inadimplência da CASAL. Em 2018, com base no termo de reequilíbrio contratual vigente e adimplência da CASAL, a Companhia reconheceu o montante total desta receita, líquida do ajuste a valor presente das parcelas vincendas ao longo do período de concessão.

Na controlada Guaratinguetá Saneamento S.A., em virtude da crise hídrica ocorrida em 2015, algumas ações foram coordenadas pelo Poder Concedente para mitigar os efeitos da seca. Consequentemente, houve atraso nos recebimentos e, desta forma, a controlada possui o montante a receber de R\$5.478 relativos a títulos do período de janeiro a maio de 2016, para os quais foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável. A controlada está negociando o recebimento das parcelas em atraso mediante reequilíbrio contratual. Não há títulos vencidos a partir de junho de 2016. A controlada possui ainda recebíveis de R\$300 da Resitec Tecnologia em Resíduos Ltda. - Resitec, para os quais foram constituídos provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas**Iguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuaçãoc) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuaçãoii) *Risco de crédito--Continuação*Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de o Grupo manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	872	1	124.248	27.830
Outros investimentos	5	-	-	157.991	105.901
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	28.895	9.642
Contas a receber e outros recebíveis (*)	7	394.138	180.855	836.281	842.534
Circulante		17.144	53.386	510.266	325.754
Não circulante		377.866	127.470	637.149	660.153
Total		395.010	180.856	1.147.415	985.907

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente a adiantamentos

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das demonstrações financeiras foram as seguintes:

	Consolidado	
	2018	2017
A vencer	787.982	796.635
Vencidos até 30 dias	11.006	8.713
Vencidos até 60 dias	3.940	3.034
Vencidos até 90 dias	1.890	1.250
Vencidos até 120 dias	1.638	817
Vencidos até 150 dias	1.408	649
Vencidos até 180 dias	1.271	615
Vencidos acima de 180 dias	101.415	74.648
Total	910.550	886.361

Notas Explicativas**Iguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuaçãoc) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuaçãoii) *Risco de crédito--Continuação*Perdas por redução no valor recuperável--Continuação

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

Consolidado

Saldo em 1º de janeiro de 2017	77.930
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	14.129
Valores baixados	(13.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	78.525
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	21.511
Adoção IFRS 9 / CPC 48	6.438
Valores baixados	(17.453)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	89.021

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é relacionada a vários clientes usuários dos serviços prestados de água e esgoto. É constituído provisão do saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas e incorridas.

Desta forma, a composição da provisão por perdas ao valor recuperável é a seguinte:

	2018
A vencer	3.699
Vencidos até 30 dias	2.423
Vencidos até 60 dias	1.434
Vencidos até 90 dias	740
Vencidos até 120 dias	669
Vencidos até 150 dias	552
Vencidos até 180 dias	471
Vencidos acima de 180 dias	79.033
Total	89.021

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

ii) *Risco de crédito--Continuação*

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para Companhias do Grupo, conforme descrito na nota explicativa nº 12 e nº 13.

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco do Grupo encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	11	49.522	5.624	111.162	44.740
Empréstimos e financiamentos (**)	12	31.509	29.209	736.231	730.705
Debêntures (**)	13	61.156	7.092	464.255	385.619
Circulante		51.912	33.918	243.143	88.558
Não circulante		90.275	8.007	1.068.505	1.072.506
Total		142.187	41.925	1.311.648	1.161.064

(*) Não foi considerado o montante de outras contas a pagar referente adiantamentos.

(**) O montante referente a empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo apresentados sem o impacto dos custos de transação.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação

iii) *Risco de liquidez--Continuação*

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2018	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 200 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores e outras contas a pagar	111.162	111.162	77.065	34.097	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	734.823	1.130.909	192.465	136.614	128.425	105.172	102.115	466.118
Empréstimos - partes relacionadas	1.051	1.132	-	1.132	-	-	-	-
Conta corrente - partes relacionadas	357	357	357	-	-	-	-	-
Debêntures	464.255	616.422	63.570	107.707	117.585	113.705	102.717	111.138
Total	1.311.648	1.859.982	333.457	279.550	246.010	218.877	204.832	577.256

31 de dezembro de 2017	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 212 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores e outras contas a pagar	44.740	44.740	44.735	5	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	729.734	1.198.054	88.395	181.586	127.745	112.632	108.087	579.609
Empréstimos - partes relacionadas	971	1.107	-	1.107	-	-	-	-
Debêntures	385.619	564.467	11.920	53.312	94.484	102.364	95.279	207.108
Total	1.161.064	1.808.368	145.050	236.010	222.229	214.996	203.366	786.717

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade do Grupo possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações do Grupo estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA, TR e TJLP.

Notas Explicativas**Iguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuaçãoc) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuaçãoiv) *Risco de mercado--Continuação*Perfil

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2018	2017	2018	2017
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	114.797	19.432
Outros investimentos	5	-	-	157.991	105.901
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	28.895	9.642
Contas a receber e outros recebíveis	7	51.979	65.359	812.325	811.880
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	12	1	1	573.219	728.703
Debêntures	13	-	-	460.096	378.527

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, o Grupo efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuaçãoiv) *Risco de mercado--Continuação*Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2018	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	114.797	CDI	5,33	6.119	6,66	7.645	8,00	9.184
Outros investimentos	157.991	CDI	5,20	8.216	6,50	10.269	7,80	12.323
Depósitos bancários vinculados	28.895	CDI	6,39	1.846	7,99	2.309	9,59	2.771
Empréstimos - partes relacionadas	4.051	CDI	7,80	316	9,75	395	11,70	474
Recebíveis de contratos de concessão	808.274	IPCA	3,96	32.008	4,95	40.010	5,94	48.011
Total				48.505		60.628		72.763
Passivos financeiros								
BNDES – partes relacionadas	(456.593)	TJLP	7,03	(32.098)	8,79	(40.135)	10,55	(48.171)
Capital de giro	(19.938)	CDI	6,50	(1.296)	8,13	(1.621)	9,75	(1.944)
Cédula de crédito	(95.637)	CDI	6,82	(6.522)	8,53	(8.158)	10,23	(9.784)
Empréstimos - partes relacionadas	(1.051)	CDI	7,80	(82)	9,75	(102)	11,70	(123)
Debêntures	(460.096)	CDI	6,50	(29.906)	8,13	(37.406)	9,75	(44.859)
Total				(69.904)		(87.422)		(104.881)
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos				(21.399)		(26.794)		(32.118)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(5.395)		(10.719)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2018	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	114.797	CDI	5,33	6.119	4,00	4.592	2,66	3.054
Outros investimentos	157.991	CDI	5,20	8.216	3,90	6.162	2,60	4.108
Depósitos bancários vinculados	28.895	CDI	6,39	1.846	4,79	1.384	3,19	922
Empréstimos - partes relacionadas	4.051	CDI	7,80	316	5,85	237	3,90	158
Recebíveis de contratos de concessão	808.274	IPCA	3,96	32.008	2,97	24.006	1,98	16.004
Total				48.505		36.381		24.246
Passivos financeiros								
BNDES – partes relacionadas	(456.593)	TJLP	7,03	(32.098)	5,27	(24.059)	3,51	(16.023)
Capital de giro	(19.938)	CDI	6,50	(1.296)	4,87	(971)	3,25	(648)
Cédula de crédito	(95.637)	CDI	6,82	(6.522)	5,11	(4.887)	3,41	(3.261)
Empréstimos - partes relacionadas	(1.051)	CDI	7,80	(82)	5,85	(61)	3,90	(41)
Debêntures	(460.096)	CDI	6,50	(29.906)	4,87	(22.407)	3,25	(14.953)
Total				(69.904)		(52.385)		(34.926)
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos				(21.399)		(16.004)		(10.680)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						5.395		10.719

Fontes: as informações do CDI e do IPCA foram extraídas do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN na data de 28 de dezembro de 2018, a TJLP e a TR foram extraídas do BACEN.

Notas Explicativas**Iguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação**c) Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação****v) Risco de preço**

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem ao Grupo requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Controladora	Ativos		Patrimônio líquido		Resultado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativo diferido	-	54	-	-	(54)	(187)
Efeito de contrato de swap	-	-	-	-	-	(1.007)
Custo de transação na emissão de ações	9.954	3.910	6.044	-	-	-
Provisão para contingências	1	-	-	-	1	-
Outras provisões	5.468	3.735	-	-	1.733	2.845
Total	15.423	7.699	6.044	-	1.680	1.651

Consolidado	Ativos		Passivos		Patrimônio líquido		Resultado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	68.139	60.796	-	-	-	-	7.343	(7.393)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	20.846	23.707	-	-	2.189	-	(5.050)	2.145
Ativo diferido	305	420	-	-	-	-	(115)	(249)
Efeito de contrato de swap	-	-	-	-	-	-	-	(1.008)
Custo de transação de empréstimos	-	-	2.198	2.447	-	-	249	238
Contas a receber e imobilizado líquidos - contratos de concessão	-	472	98.227	89.281	-	-	(9.418)	(20.670)
Direitos a faturar	-	-	6.594	6.191	-	-	(403)	(142)
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	-	-	14.568	12.437	-	-	(2.131)	(1.071)
Ágio sobre aquisições	267	267	9.890	10.261	-	-	371	370
Custo de transação na emissão de ações	9.954	3.910	-	-	6.044	-	-	-
Provisão para contingências	2.297	2.844	-	-	-	-	(547)	1.166
Redução ao valor recuperável de ativos	423	423	-	-	-	-	-	(10.772)
Outras provisões	6.206	4.646	-	-	-	-	1.560	2.314
Pis e Cofins diferido sobre receita de órgão público	93	93	-	-	-	-	-	93
	108.530	97.578	131.477	120.617	8.233	-	(8.141)	(34.979)
Compensação (*)	(33.638)	(37.134)	(33.638)	(37.134)	-	-	-	-
Total	74.892	60.444	97.839	83.483	8.233	-	(8.141)	(34.979)

Notas Explicativas**Iguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Com base na estimativa dos planos de negócios, o Grupo reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados, até o limite dos lucros tributáveis futuros disponíveis para compensação de tais perdas. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía R\$222.323 (R\$170.804 em 31 de dezembro de 2017) de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social para os quais não foram reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

(*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Reconciliação da taxa efetiva				
Resultado do exercício antes dos impostos	14.639	26.431	41.531	73.594
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	(4.977)	(8.987)	(14.121)	(25.022)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social				
Resultado de equivalência patrimonial	18.514	24.332	(268)	4.878
Despesas não dedutíveis	(242)	(64)	(655)	(273)
Subvenção governamental	-	-	2.232	613
Custo de transação na emissão de ações	6.044	-	6.044	-
Transações com pagamento baseado em ações	(457)	-	(457)	-
Base negativa/prejuízo fiscal não reconhecido	(17.516)	(17.003)	(17.146)	(18.269)
Outras	314	3.373	609	(5.268)
Imposto corrente	-	-	(15.621)	(8.362)
Imposto diferido	1.680	1.651	(8.141)	(34.979)
Alíquota efetiva	11%	6%	(57%)	(59%)

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

20. Segmentos operacionais

O Grupo possui três segmentos reportáveis e um segmento denominado como “outras”, que são as unidades de negócios estratégicas. Essas unidades de negócios, anteriormente denominadas “comitês” (CT) são administrados separadamente e para cada unidade de negócio, a diretoria e o Conselho da Administração da Companhia analisam os relatórios internos de administração mensalmente. O seguinte resumo descreve, conforme CPC 22 Informações por segmento (IFRS 8), as operações em cada um dos Comitês que a Companhia diversifica em suas análises e reportes aos seus administradores e acionistas do Grupo:

- CT Leste: composto pelas operações SPAT Saneamento S.A.; Guaratinguetá Saneamento S.A.; Águas Piquete S.A., Atibaia Saneamento S.A.; Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.; Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A.; Águas de Andradina S.A., Águas de Castilho S.A. e Agreste Saneamento S.A.;
- CT Centro oeste: composto pela holding Iguá MT Participações Ltda. e pelas operações Águas Pontes e Lacerda Ltda.; Águas Colíder Ltda.; Águas Alta Floresta Ltda.; Águas Canarana Ltda.; Águas Comodoro Ltda., Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto e PCT Participações Ltda.;
- CT Sul: composto pelas operações Paranaguá Saneamento S.A.; Tubarão Saneamento S.A. e Itapoá Saneamento Ltda.; e
- Outras: composta pela holding Iguá Saneamento S.A. e por suas controladas Iguá Serviços de Engenharia em Saneamento Ltda. e Iguá Projetos Ltda.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

20. Segmentos operacionais—Continuação

	Comite Leste		Comite Centro Oeste		Comite Sul		Outras		Eliminações		Total Segmentos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Total do ativo	901.395	872.851	784.109	625.138	253.886	211.297	1.091.570	592.979	(840.766)	(483.975)	2.190.204	1.808.290
Total do passivo	(660.287)	(657.868)	(698.629)	(602.359)	(240.427)	(195.991)	(460.274)	(152.766)	515.675	253.140	(1.543.942)	(1.355.844)
Total do patrimônio líquido	(241.108)	(214.983)	(88.480)	(22.779)	(13.469)	(15.306)	(631.296)	(440.213)	325.091	240.835	(846.262)	(452.446)

	Comite Leste		Comite Centro Oeste		Comite Sul		Outras		Eliminações		Total Segmentos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita líquida	251.019	244.067	388.345	261.252	106.444	69.832	12.484	14.734	(13.339)	(15.801)	744.954	574.184
Custo dos serviços	(92.066)	(91.407)	(275.852)	(127.350)	(72.862)	(38.052)	(6.919)	(6.324)	532	532	(447.169)	(262.601)
Lucro bruto	158.951	152.660	112.493	133.902	33.582	31.880	5.565	8.410	(12.806)	(15.269)	297.785	311.583
Despesas operacionais	(33.667)	(29.839)	(54.419)	(56.078)	(20.800)	(19.463)	(39.716)	(45.061)	13.308	15.763	(135.384)	(134.678)
Depreciação e amortização	(3.409)	(2.892)	(36.390)	(35.304)	(10.807)	(10.342)	(1.159)	(1.190)	621	635	(51.144)	(49.093)
Financeiras líquidas	(45.895)	(55.357)	(53.721)	(56.932)	(18.676)	(13.201)	(1.790)	(12.168)	-	-	(120.082)	(117.658)
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos	79.389	87.464	4.353	20.892	(5.984)	(784)	(35.941)	(48.839)	502	514	42.319	59.247
Resultado do exercício	52.232	57.847	2.991	5.832	(1.255)	(1.100)	19.327	24.377	(55.526)	(56.703)	17.769	30.253

Notas Explicativas**Iguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

21. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saneamento	-	-	363.821	341.625
Construção	-	-	243.294	125.725
Serviços	-	-	144.780	139.437
Serviços <i>management fee</i>	14.603	17.314	-	-
Ativo financeiro	-	-	81.991	59.329
Impostos sobre serviços	(2.119)	(2.580)	(56.813)	(57.626)
Abatimentos e cancelamentos	-	-	(32.119)	(34.306)
Total	12.484	14.734	744.954	574.184

22. Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	Consolidado	
	2018	2017
Custo de construção	(230.402)	(85.233)
Despesas com pessoal	(52.354)	(52.237)
Energia elétrica	(42.569)	(43.289)
Depreciação e amortização	(39.124)	(37.138)
Serviços de terceiros	(34.261)	(36.277)
Outorga e taxas de fiscalização	(28.104)	(24.832)
Materiais Auxiliares	(10.049)	(11.109)
Outros custos	(5.256)	(5.971)
Materiais Diretos	(5.137)	(5.308)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(2.691)	(3.447)
Creditos de Pis e Cofins	2.778	10.555
Reversão de provisão para perdas por redução ao valor recuperável	-	31.685
Total	(447.169)	(262.601)

Notas Explicativas**Iguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

22. Custos e despesas por natureza--Continuação

Despesas comerciais	Consolidado	
	2018	2017
Despesa com pessoal	(6.319)	(6.597)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.058)	(595)
Depreciacao e amortizacao	(3.270)	(3.268)
Serviços de terceiros	(970)	(527)
Outras despesas comerciais	(489)	(438)
Materiais	(383)	(378)
Energia elétrica	(85)	(13)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(9)	(32)
Total	(15.583)	(11.848)

Despesas administrativas e gerais	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Serviços de terceiros	(20.189)	(18.463)	(44.439)	(39.549)
Despesa com pessoal	(13.894)	(18.460)	(35.997)	(46.783)
Outras despesas	(5.381)	(5.125)	(30.643)	(27.129)
Depreciacao e amortizacao	(1.084)	(1.134)	(8.750)	(8.687)
Energia elétrica	(28)	(33)	(362)	(270)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(12)	(7)	(423)	(457)
Total	(40.588)	(43.222)	(120.614)	(122.875)

23. Receitas financeiras e despesas financeiras

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	-	-	565	8.907
Juros sobre contas a receber de cliente	-	-	8.851	7.855
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos bancários vinculados	-	485	10.949	7.201
Receitas de operações com partes relacionadas	4.572	7.240	448	2.891
Descontos obtidos	1	10	1.109	936
Outras	-	-	112	24
Total	4.573	7.735	22.034	27.814
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.966)	(13.596)	(111.276)	(127.487)
Outras	(5.347)	(622)	(30.725)	(13.981)
Juros sobre atualização de impostos a recolher	-	-	-	(46)
Despesas de operações com partes relacionadas	-	-	(115)	(123)
Variação de instrumento financeiro derivativo	-	(3.835)	-	(3.835)
Total	(10.313)	(18.053)	(142.116)	(145.472)
Despesas financeiras líquidas	(5.740)	(10.318)	(120.082)	(117.658)

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

24. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias conforme demonstrativo abaixo:

	2018	2017
Prejuízo do exercício	16.319	28.082
Número médio de ações	135.156.280	92.083.207
Resultado por ação básico (reais)	0,12	0,30

	2018	2017
Prejuízo do exercício	16.319	28.082
Número médio de ações (*)	148.252.162	97.967.385
Resultado por ação diluído (reais)	0,11	0,29

(*) Corresponde a média ponderada da quantidade de ações e debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações.

25. Partes relacionadas

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades do Grupo. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica "Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais".

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Remuneração da diretoria	5.500	7.285	8.909	12.264
Participação nos lucros e resultados	1.744	2.432	3.293	5.082
Encargos sociais	1.441	1.189	2.371	2.562
Benefícios diretos e indiretos	158	166	446	425
Total	8.843	11.072	15.019	20.333

Notas Explicativas**Iguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

25. Partes relacionadas--Continuação**b) Remuneração de pessoal-chave da Administração--Continuação**

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mensurou o valor justo da opção de compra de ações ordinárias no montante de R\$ 1.343.

c) Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, relativas as operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Controladora		Ativo		Passivo		Resultado	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017
Circulante							
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber		(Nota 7)	(Nota 7)	(Nota 11)	(Nota 11)		
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	1.659	1.264	-	-	9.150	4.862
Repasso de recursos e custos com serviços compartilhados	(b)	3.218	3.135	1.031	1.009	233	(2.430)
Contrato de assistência técnica	(c)	8.547	8.809	-	-	14.803	17.343
Aumento de Capital	(f)	2.000	-	-	-	-	-
Aluguel	(e)	-	-	-	-	-	(115)
Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial)							
- Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	849	849	145	145	-	(493)
Aviva Ambiental S.A. (anteriormente denominada ENOPS Engenharia Ltda.)							
- Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(b)	-	-	43	43	-	-
Total		16.273	14.057	1.219	1.197	24.187	19.167
Em empréstimos e financiamentos		(Nota 7)	(Nota 7)	(Nota 12)	(Nota 12)		
Iguá Projetos Ltda.							
- Empréstimos	(q)	-	39.329	-	-	2.552	4.349
Conta corrente	(g)	-	-	31.212	28.967	-	-
Total		-	39.329	31.212	28.967	2.552	4.349

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

25. Partes relacionadas--Continuação

c) Outras transações com partes relacionadas--Continuação

Não Circulante		2018	2017	2018	2017	2018	2017
Em clientes, empréstimos e financiamentos		(Nota 7)	(Nota 7)	(Nota 12)	(Nota 12)		
Repasse de custos financeiros compartilhados	(r)	9.556	9.556	-	-	-	-
Redução de capital	(h)	10.153	22.247	-	-	-	-
Empréstimos	(m)	4.032	3.740	-	-	292	495
PCT Participações Ltda.							
- Venda de participação societária	(o)	46.198	20.666	-	-	1.602	2.224
- Integralização de capital	(p)	1.731	1.606	-	-	126	172
Remessas para aumento de capital	(f)	-	3.592	-	-	-	-
Conta corrente	(g)	306.177	66.044	-	-	-	-
Outros	(b)	18	18	1	1	-	-
Total		377.865	127.469	1	1	2.020	2.891

Consolidado		Ativo		Passivo		Resultado	
Circulante		2018	2017	2018	2017	2018	2017
Em clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar		(Nota 7)	(Nota 7)	(Nota 11)	(Nota 11)		
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	135	86	-	-	845	475
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(b)	744	701	97	90	1.244	403
Contrato de assistência técnica	(c)	276	54	-	-	1.672	1.687
Contrato particular de construção	(d)	-	-	1.081	1.081	-	-
Aluguel	(e)	-	-	-	-	-	(115)
Remessas para aumento de capital	(f)	2.000	-	-	-	-	-
Conta Corrente	(g)	-	-	357	-	-	-
PCT Participações Ltda.							
- Contrato de assistência técnica	(c)	-	-	2.120	2.649	(759)	(1.537)
- Redução de capital	(h)	-	-	-	2.538	-	-
Galvão Engenharia S.A. (em recuperação judicial)							
- Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	920	920	184	184	-	(414)
Aviva Ambiental S.A. (anteriormente denominada ENOPS Engenharia Ltda.)							
- Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(b)	-	-	43	43	-	-
- Contrato de assistência técnica	(c)	-	-	132	121	(240)	(209)
- Remessas para aumento de capital	(i)	-	-	-	148	-	-
RK Partners Assessoria Financeira e Gestão de Recursos Ltda.							
- Assessoria financeira	(j)	-	-	-	-	-	(1.126)
RKP Investimentos Ltda.							
- Management e Success Fee	(k)	-	-	-	-	(2.366)	(1.460)
- Reembolso de despesas	(k)	-	-	-	-	(406)	-
Total		4.075	1.761	4.014	6.854	(10)	(2.296)

Em empréstimos e financiamentos				(Nota 12)	(Nota 12)		
BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social	(l)	-	-	47.565	30.969	(46.345)	(46.544)

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

25. Partes relacionadas--Continuação

c) Outras transações com partes relacionadas--Continuação

Não circulante		2018	2017	2018	2017	2018	2017
		(Nota 7)	(Nota 7)	(Nota 12)	(Nota 12)		
Em clientes, empréstimos e financiamentos							
Empréstimos	(m)	4.032	3.740	-	-	292	495
Aviva Ambiental S.A. (anteriormente denominada ENOPS Engenharia Ltda.)							
- Empréstimo	(n)	-	-	1.050	943	(115)	(123)
PCT Participações Ltda.							
- Venda de participação societária	(o)	-	20.666	-	-	-	2.224
- Integralização de capital	(p)	-	1.606	-	-	-	172
BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social	(l)	-	-	409.028	440.070	-	-
Conta corrente	(g)	3.956	2.813	-	-	-	-
Remessas para aumento de capital	(f)	-	2.265	-	-	-	-
Outros	(b)	19	82	1	28	-	-
Total		8.007	31.172	410.079	441.041	177	2.768

- (a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- (c) Contrato de serviços de assistência técnica entre as controladas e suas acionistas, com vigência até o prazo final dos contratos de concessão das controladas, no montante equivalente a 5% sobre a receita. Para Tubarão Saneamento S.A., o montante equivale a uma parcela fixa de R\$ 47 e para Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, o valor está limitado a 3% da receita líquida.
- (d) Refere-se a contrato particular de engenharia, construção das obras civis, fornecimento e montagem entre a Galvão Engenharia S.A (em recuperação judicial) e a Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto suspenso desde 23 de abril de 2015 e rescindido unilateralmente em 18 de janeiro de 2018.
- (e) Refere-se a locação de imóvel comercial, antiga sede da Companhia, cujo valor mensal era de R\$ 58, reajustável anualmente conforme variação do IGPM no período de 12 meses. O contrato foi rescindido em 18 de dezembro de 2017.
- (f) No consolidado, em 31 de dezembro de 2017, refere-se aos valores aportados para futuro aumento de capital nas controladas em conjunto Águas de Andradina S.A. e Águas de Castilho, no montante de R\$2.123 e R\$142 respectivamente e na controladora refere-se aos valores aportados para futuro aumento de capital nas controladas em conjunto e controlada Águas de Andradina S.A., Águas de Castilho S.A. e Saneamento de Mirassol - Sanessol S.A., no montante de R\$ 2.123, R\$ 142 e R\$ 1.327 respectivamente. Em 31 de dezembro de 2018 refere-se ao montante aportado para futuro aumento de capital na controlada em conjunto Tubarão Saneamento S.A.
- (g) Refere-se a contrato de conta corrente entre a Companhia e suas controladas Atibaia Saneamento S.A., Águas Piquete S.A., Guaratinguetá Saneamento S.A., Paranaguá Saneamento S.A., Itapoá Saneamento Ltda., Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A., Saneamento de Mirassol - Sanessol S.A., Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Águas Pontes e Lacerda Ltda., Águas Colider Ltda., Águas Alta Floresta Ltda., Águas Canarana Ltda., Águas Comodoro Ltda., Iguá MT Participações Ltda., Agreste Saneamento S.A., Iguá Projetos Ltda. e Iguá Serviços de Engenharia em Saneamento Ltda. no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.
- (h) No consolidado, refere-se ao valor que a controlada Iguá MT Participações Ltda. tem a pagar para a acionista PCT Participações Ltda. referente a redução de capital social realizada em 30 de setembro de 2014. Na controladora, refere-se ao valor que a Companhia tem a receber de sua controlada Iguá MT Participações Ltda. referente a redução de capital social realizada em 30 de setembro de 2014.
- (i) Valores aportados para futuro aumento de capital pelo acionista não controlador na Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A, integralizado em 14 de março de 2018.
- (j) Contrato firmado entre as partes para serviços de assessoria estratégica, operacional, financeira e negocial no processo de reestruturação da Companhia incluindo reembolsos de despesas e incluindo Success Fee.
- (k) Contrato firmado entre as partes para serviços de assessoria estratégica, operacional, financeira e negocial no processo de reestruturação da Companhia incluindo reembolsos de despesas, restando parcelas fixas mensais reajustáveis anualmente de Management Fee até agosto de 2020.
- (l) Saldo referente a financiamento das controladas e controladas em conjunto, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é acionista não controlador, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas**Iguá Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

25. Partes relacionadas--Continuação**c) Outras transações com partes relacionadas--Continuação**

- (m) Refere-se a empréstimo entre a Companhia e a controlada em conjunto Itapoá Saneamento Ltda., com incidência de juros de 120% do CDI ao ano e vencimento em 2019.
- (n) Refere-se a empréstimo firmado com a controlada Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A., com incidência de juros de 100% do CDI mais taxa de 4,50% ao ano e vencimento em 2019.
- (o) Refere-se a venda de 20% da participação nas controladas Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto e Águas Canaranara Ltda. para PCT Participações Ltda. pelo preço de R\$ 11.358 e R\$ 235, respectivamente, com vencimento em 2035 e incidência de juros de 120% do CDI.
- (p) Concessão de empréstimo para a Companhia à PCT Participações Ltda, com incidência de juros de 120% do CDI e vencimento em 2035 para integralização de capital na controlada Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto.
- (q) Refere-se a empréstimo entre a Companhia e a controlada, com incidência de juros de 120% do CDI ao ano e vencimento em 2018.
- (r) Refere-se ao repasse de compartilhamento de despesas com encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos pontes tomados com instituições financeiras.

d) Dividendos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
SPAT Saneamento S.A.	7.299	6.336	-	-
Agreste Saneamento S.A.	27.291	33.607	-	-
Guaratinguetá Saneamento S.A.	6.498	5.599	-	-
Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A.	206	137	-	-
Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A.	3.174	2.353	-	-
Águas de Andradina S.A.	596	903	596	903
Águas de Castilho S.A.	437	396	437	396
Circulante	45.501	-	1.033	-
Não circulante	-	49.331	-	1.299
Total	45.501	49.331	1.033	1.299

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

26. Seguros

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais, aplicáveis as controladas, são as seguintes:

	Consolidado	
	2018	2017
Empresarial (*)	30.297	188.513
Seguro garantia	146.750	142.364
Patrimonial (riscos diversos - equipamentos)	106.116	94.269
Responsabilidade civil (**)	97.000	113.502
Risco de engenharia	11.001	11.001
Total	391.164	549.649

(*) Limite máximo de cobertura em 31 de dezembro de 2018 compartilhado entre as empresas do Grupo.

(**) Limite máximo de garantia em 31 de dezembro de 2018 compartilhado entre as empresas do Grupo, com sub limite para barragens de R\$ 4.000 exclusivamente para a controlada SPAT Saneamento S.A., sub limite de R\$ 10.000 para as demais empresas com exceção das controladas Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Paranaguá Saneamento S.A. e Agreste Saneamento S.A. que compartilham o teto máximo de cobertura de R\$ 37.000.

27. Compromissos

a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a um percentual da arrecadação efetivamente obtida mensalmente. Na controlada Paranaguá Saneamento S.A., esse percentual corresponde a 4%; na controlada Empresa de Saneamento de Palestina - ESAP S.A. corresponde a 5%, na controlada Saneamento de Mirassol - SANESSOL S.A. corresponde a 3% e na controladora Águas Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto este valor corresponde a 5%.

Na controlada Águas Piquete S.A. é pago ao Poder Concedente 1,3% do faturamento bruto mais 3,2% a SAAEP (Serviços Autônomo de Água e Esgoto de Piquete) pelas atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de água e esgoto.

Em 31 de dezembro de 2018 foram pagos aos Poderes Concedentes dos municípios correspondentes, o montante de R\$14.643 (R\$13.550 em 31 de dezembro de 2017) referente ao direito de outorga variável registrados na rubrica de custos dos serviços prestados.

Notas Explicativas

Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

27. Compromissos--Continuação

b) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pelo Grupo é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, o Grupo possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Diretoria

Gustavo Fernandes Guimarães
Felipe Rath Fingerl
Jean Paul Cabral Veiga da Rocha
Denilson de Paula Gonzaga
Péricles Sócrates Weber

Conselheiros

Paulo Todescan Lessa Mattos
Gustavo Nickel Buffara de Freitas
Gesner José de Oliveira Filho
Fernando Quintana Merino
Jerson Kelman

Contadora

Patricia Hirano Diz
CRC/SP nº SP-265232/O-9

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Iguá Saneamento S.A.
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Iguá Saneamento S.A., (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Iguá Saneamento S.A., em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente.

Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos no ativo intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os saldos consolidados de capitalização de gastos no ativo intangível perfazem o montante de R\$ 223.064 milhões e os critérios de reconhecimento desses valores investidos na infraestrutura estão divulgados nas Notas Explicativas 2.5, 2.10 e 10.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requer que as controladas efetuem investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como ativo intangível. As capitalizações no ativo intangível envolvem a utilização de premissas e um grau de julgamento elevado, e consequentemente podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: (i) realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais, contratos, medições e pagamentos das adições ocorridas durante o ano de 2018; (ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível e sua elegibilidade à capitalização; (iii) avaliamos o processo de transferência do intangível em andamento para as contas definidas para determinar o início do registro da amortização.

Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios de capitalização no ativo intangível, assim como as respectivas

divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Recuperabilidade do ativo fiscal diferido

Conforme mencionado na nota explicativa 19 às demonstrações financeiras, os ativos fiscais diferidos das controladas são advindos essencialmente de prejuízos fiscais acumulados e reconhecidos com base na existência de probabilidade razoável de que haverá lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos. As controladas consideram o limite dos lucros tributáveis futuros disponível até ao final da concessão para compensação de tais perdas, limitado a 10 anos. Para a sua avaliação as controladas utilizaram-se de julgamentos e premissas, tais como realização das projeções de valores de receita de serviços prestados, custos, despesas administrativas e financeiras. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido ao grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer nas demonstrações financeiras consolidadas e no valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos chave relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pelas controladas e aprovadas pelos órgãos de governança. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, incluindo a expectativa de crescimento das receitas, custos e despesas, bem como comparamos certos dados, quando disponíveis, com outras fontes externas e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas tributários, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Analisamos à data das demonstrações financeiras, as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados, para a parcelas dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros, suficientes para permitir sua realização.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo fiscal diferido, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 2.8 e 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Igua Saneamento S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu o seu relatório em 6 de março de 2018 com opinião sem modificação sobre aquelas demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da

capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Anderson Pascoal Constantino
Contador CRC-1SP190451/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, ERNST & YOUNG, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais apresentado.

São Paulo, 26 de março de 2019.

Gustavo Fernandes Guimarães
Diretor Presidente

Denilson de Paula Gonzaga
Diretor de Controladoria e Gestão da Companhia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, ERNST & YOUNG, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais apresentado.

São Paulo, 26 de março de 2019.

Gustavo Fernandes Guimarães
Diretor Presidente

Denilson de Paula Gonzaga
Diretor de Controladoria e Gestão da Companhia